

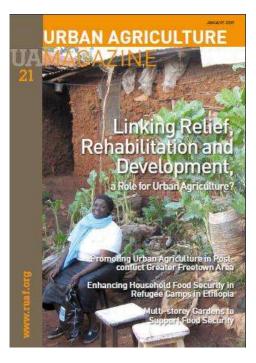
Revista de Agricultura Urbana no. 21 – Janeiro de 2009

Vinculando a ajuda, a reabilitação e o desenvolvimento: um papel para a agricultura urbana?

Apresentação

Os perigos naturais, os conflitos civis, as guerras e as crises econômicas continuam gerando condições instáveis e inseguras ao redor do mundo, e exercendo pressões muito grandes sobre as comunidades e os meios de sustento em nível local. Esse tipo de cenário muitas vezes leva as pessoas a fugirem de suas regiões de origem ou mesmo cruzarem fronteiras rumo a outros países. Muitos desses refugiados ou desalojados se veem obrigados a permanecer vivendo em acampamentos durante longos períodos de tempo ou a residir (quase sempre ilegalmente) na periferia de áreas urbanas.

Diante dessas condições, muitos refugiados buscam melhorar sua segurança alimentar implantando



alguma forma de agricultura (geralmente horticultura de pequena escala dentro dos acampamentos, nos quintais e em espaços abertos). Nos lugares onde a terra é mais escassa, recorrem a microtecnologias como a horticultura em contêineres de vários tipos, em sacos ou em cestas suspensas.

Jacarta é um bom exemplo. A instabilidade financeira que atingiu a Indonésia em 1997 deixou milhões de pessoas sem dinheiro suficiente para comprar alimentos, aumentando sua vulnerabilidade e insegurança alimentar. Por conseguinte, as pessoas começaram a produzir alimentos em pequenos lotes e espaços abertos em toda a cidade, inclusive transformando antigos parques públicos em hortas, pois os próprios órgãos oficiais estimulavam a população de Jacarta a cultivar os próprios alimentos.

Nas edições anteriores da Revista de Agricultura Urbana destacamos as múltiplas funções da AU, incluindo seu papel na construção de comunidades mais coesas e entornos sustentáveis. Também já falamos sobre os processos de inovação tecnológica, organizacional e institucional. Nesta edição focaremos no papel que a agricultura urbana desempenha na vinculação da ajuda com a reabilitação e o desenvolvimento diante de desastres ou situações de emergência. Diferentes tipos de desastres e seus impactos são discutidos e ilustrados por artigos nesta edição.

Situações de desastre podem ser vistas como uma série de fases em um contínuo de tempo. Identificar e compreender essas fases pode ajudar os trabalhadores e planejadores urbanos a identificar as necessidades relacionadas com os desastres e então implementar as atividades de gestão da situação de modo mais apropriado. Por exemplo, a fase de reabilitação após um desastre oferece oportunidades significativas para iniciar programas de desenvolvimento e agir como um catalisador para a implementação de estratégias de mitigação e organização, construindo assim maior resiliência no longo prazo. Programas de reabilitação podem ser especificamente focados em ensinar novos talentos e habilidades, e fortalecendo o sentido de comunidade e liderança. Isso é particularmente importante no caso de situações prolongadas envolvendo refugiados e em áreas urbanas. No longo prazo, esse processo de capacitação também pode contribuir para colaborar com o governo local.

A agricultura urbana sempre foi usada como uma estratégia de segurança alimentar durante situações de emergência e de carência. Os exemplos incluem o programa "cultive para vencer", ocorrido na Grã-Bretanha durante a segunda Guerra mundial, e mais recentemente a "Operação Alimente-se", em Gana durante os anos da dédcada de 1970. Similarmente, em muitos outros países, a agricultura de quintal e a horticultura institucional e escolar têm sido encorajadas durante as épocas de instabilidade alimentar, com muitos exemplos incluídos nesta edição.

Existem similaridades entre a agricultura rural e a praticada em cidades e favelas. A agricultura urbana, com sua ênfase em tecnologias para espaços exiguous, uso de resíduos orgânicos compostados e reciclagem das águas servidas, pode oferecer boas opções para o fornecimento de hortaliças fescas, ovos, laticínios, e outros produtos perecíveis para a população da "nova cidade", além da geração de renda. Muito estimulada por associações de ajuda humanitária, os refugiados começam a cultivar plantas altamente nutritivas para seu próprio consumo e atender suas necessidades imediatas. esses cultivos exigem apenas um ciclo curto de produção e baixo investimento usando os frequentemente disponíveis conhecimentos tradicionais e habilidades locais.

As experiências demonstram que a agricultura dos refugiados não é apenas uma estratégia de sobrevivência para pessoas deslocadas para obterem comida em uma base temporária, mas também é uma estratégia valiosa como meio de vida para aqueles que são reinstalados permanentemente, e para quem que eventualmente retorna a suas cidades e regiões natais. Muitas pessoas deslocadas, tanto em campos de refugiados quanto ao redor das cidades, se envolvem na agricultura para subsistência e para comercialização. E mais e mais autoridades locais e nacionais, bem como as agências de ajuda humanitária, estão não apenas permitindo mas intencionalmente apoiando atividades de produção agrícola como parte de suas estratégias de desenvolvimento (ver o destaque em UNHCR). A agricultura urbana pode desempenhar um papel importante em todos os aspectos do ciclo de gestão de desastres, e é um instrumento multifuncional de política pública e ferramenta para aplicação prática.

Produzir alimentos em campos e cidades, quando apropriado para as condições locais, reduz a dependência de fontes rurais de alimentação, que podem ser facilmente afetadas pela interrupção nos transportes, conflitos armados, secas ou inundações. Ela melhora a disponibilidade e o acesso a alimentos mais nutritivos, e, a longo prazo, pode aumentar a resiliência das cidades.

Capa:

Muitas pessoas desalojadas precisam permanecer em campos de refugiados por períodos longos de tempo, ou morar (muitas vezes ilegalmente) dentro ou ao redor de cidades, onde tentam melhorar sua segurança alimentar criando algum tipo de agricultura de pequena escala, usando contêineres, potes em prateleiras, cestas ou sacos pendurados etc. (Foto Solidrités: mulher cultivando couve em Kibera)

Sumário

- 4. Editorial
- 22. A cidade acidental: urbanização em um acampamento de refugiados da África Oriental
- 27. Da dependência à autossuficiência: experiências no norte de Uganda
- 35. Melhorando a segurança alimentar nos acampamentos de refugiados na Etiópia
- 40. Por um enfoque mais formal da horticultura de refugiados pelo ACNUR
- 42. Promovendo a agricultura urbana após conflito em Freetown, Serra Leoa
- 49. Agricultura urbana dentro e ao redor de Monróvia, Libéria
- 53. O Papel da agricultura urbana em Kirkuk, Iraque
- 58. Um informe a partir de Nova Orleans: Cultivando alimentos em uma cidade em recuperação
- 61. O impacto da crise econômica sobre a agricultura urbana de Harare
- 65. Impactos do tsunami: desenvolvimento de uma horta caseira autóctone em Banda Aceh
- 69. As diretrizes do Projeto Esfera
- 72. Agricultura Urbana em El Alto: uma experiência de vitalização
- 77. Hortas de pisos múltiplos para apoiar a segurança alimentar
- 81. Cultivando em sacos: microhorticultura no norte de Uganda
- 85. Uma horta em um saco: experiências em Kibera, Nairóbi
- 92. Avaliação dos riscos para crianças expostas a águas cinzas no acampamento de Jerash, na Jordânia

Editorial

Vinculando a ajuda, a reabilitação e o desenvolvimento: um papel para a agricultura urbana?

A. Adam-Bradford, Universidade de Sheffield <u>urbanag@adambradford.eu</u> Femke Hoekstra, ETC-RUAF René van Veenhuizen, ETC-RUAF

Os perigos naturais, os conflitos civis, as guerras e as crises econômicas continuam gerando condições instáveis e inseguras ao redor do mundo, e exercendo pressões muito grandes sobre as comunidades e os meios de sustento em nível local. Esse tipo de cenário muitas vezes leva as pessoas a fugirem de suas regiões de origem ou mesmo cruzarem fronteiras rumo a outros países. Muitos desses refugiados ou desalojados se veem obrigados a permanecer vivendo em acampamentos durante longos períodos de tempo ou a

residir (quase sempre ilegalmente) na periferia de áreas urbanas.



Feliz proprietária de uma cabra (Foto Astrid van Rooij)

Diante dessas condições, muitos refugiados buscam melhorar sua segurança alimentar implantando alguma forma de agricultura (geralmente horticultura de pequena escala) dentro dos acampamentos, nos quintais e em espaços abertos. Nos lugares onde a terra é mais escassa, recorrem a microtecnologias como a horticultura em contêineres de vários tipos, em sacos ou em cestas suspensas.

Nas edições anteriores da Revista de Agricultura Urbana destacamos as múltiplas funções da AU, incluindo seu papel na construção de comunidades mais coesas e entornos sustentáveis. Também já falamos sobre os processos de inovação tecnológica, organizacional e institucional. Nesta edição focaremos no papel que a agricultura urbana desempenha na vinculação da ajuda com a reabilitação e o desenvolvimento diante de desastres ou situações de emergência.

Desastres e situações de emergência

Diversos tipos de riscos podem provocar desastres ou desencadear situações de crise. Os desastres podem se dar de forma rápida ou lenta, e inclusive podem ir crescendo durante meses. Quando a crise se caracteriza por uma instabilidade política ou por altos níveis de violência, é chamada "emergência complexa".

O *risco* de um desastre é função da relação entre sua *intensidade* e a *vulnerabilidade* da população (Risco = Perigo x Vulnerabilidade). A vulnerabilidade é definida como a capacidade de antecipar, enfrentar, resistir e recuperar-se do impacto de um risco (Wisner et al., 2004). As situações de crise têm, portanto, um impacto maior em áreas mais vulneráveis e um impacto desproporcional sobre os pobres urbanos, especialmente mulheres, crianças e idosos.

A brecha entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos não só está crescendo, mas também as nações mais pobres, mais do que estacionadas, parecem estar retrocedendo. Para esses países, alcançar os "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio" é um desafio particularmente difícil. Muitos deles, um grupo de 30 a 50 países, dependendo da definição utilizada, são países de baixos rendimentos, caracterizados por uma capacidade estatal débil ou ineficiente e por uma "má" governança. Suas instituições econômicas, sociais e políticas têm uma baixa capacidade para absorver choques e são, portanto, mais susceptíveis aos conflitos e às crises. Como o nível de vulnerabilidade determina o impacto real de um risco, este será mais desastroso nesse tipo de países do que naqueles caracterizados pela segurança e pela estabilidade. A seguir, falaremos dos diferentes tipos de desastres e seus impactos.

As crises econômicas aumentam os preços dos alimentos, desvalorizam os salários, esvaziam o mercado formal e reduzem as subvenções dos alimentos. A redução do gasto público também impacta os serviços e a infraestrutura básica. Nestas situações, os refugiados, os migrantes e os pobres urbanos recorrem com frequência a atividades de sustento fora do mercado formal (setor informal), incluindo a agricultura urbana.

Jacarta é um bom exemplo. A instabilidade financeira que atingiu a Indonésia em 1997 deixou milhões de pessoas sem dinheiro suficiente para comprar alimentos, aumentando sua vulnerabilidade e insegurança alimentar. Por conseguinte, as pessoas começaram a produzir alimentos em pequenos lotes e espaços abertos da cidade, inclusive transformando parques públicos em hortas, pois os próprios órgãos oficiais estimulavam a população de Jacarta a cultivar seus alimentos.

As crises econômicas muitas vezes têm origem social ou política. Provavelmente Cuba é o melhor exemplo conhecido de um país que adota uma política de agricultura urbana nacional como resposta a limitações econômicas e políticas (ver quadro abaixo). Outros exemplos de cidades que promoveram a horticultura em quintais traseiros, hortas em lajes, hortas institucionais e escolares etc., como um componente de resposta agrícola para as emergências, incluem Harare, no Zimbábue (ver artigo), Lagos, na Nigéria, Rosário, na Argentina, Bogotá, na Colômbia, e Gaza, na Palestina.

A atual crise econômica mundial está relacionada com a nossa dependência com relação ao petróleo. O preço dos alimentos, subvencionado por mais de cinquenta anos, demonstrou essa dependência ao se elevar junto a cada dólar de aumento no barril de petróleo. Porém outros fatores, como o uso de grãos para produzir biocombustíveis e a crescente demanda da China e Índia por alimentos importados, também contribuíram para o aumento no preço dos alimentos que, no nível global, elevou-se 83% nos últimos três anos, empurrando cerca de 100 milhões de pessoas para a pobreza (RUAF, 2008).

Abordando a crise em Cienfuegos, Cuba

Por Alejandro Socorro Castro

Cuba é um exemplo de políticas governamentais de apoio efetivo à agricultura urbana. Importantes medidas nacionais foram tomadas para responder à crise dos anos 90 no setor agrícola e alimentar, como a conversão de grandes granjas de propriedade do Estado em cooperativas, ou em Unidades Básicas de Produção Cooperativa, além da concessão de terras para que pessoas e organizações pudessem produzir alimentos.

O Programa Nacional de Agricultura Urbana começou em 1993, e propôs estimular a produção de alimentos em espaços urbanos e periurbanos disponíveis, e o aproveitamento das oportunidades oferecidas pela disponibilidade de mão-de-obra e pela proximidade entre produtores e consumidores. Após 15 anos de atuação, o Programa Nacional de Agricultura Urbana levou o município de Cienfuegos a níveis produtivos sem precedentes, entre outros resultados favoráveis. Um estudo (PGU ALC, 2002) concluiu que a agricultura urbana e periurbana em Cienfuegos potencializam a segurança alimentar e constituem um movimento com ampla participação pública, envolvendo homens e mulheres de diversas idades.

A agricultura urbana no município de Cienfuegos alcançava em 1996 cerca de 34 ha de organopônicos (uso de substratos combinando solo e materiais orgânicos de diferentes fontes) e dois hectares de hortas.

Até 2006, a produção agrícola urbana em sistemas organopônicos, hortas intensivas, lotes e quintais domésticos (modos básicos da prática de agricultura urbana), passou a cobrir uma área total de mais de 1.525 hectares, incluindo hortaliças, arrozais, raízes e tubérculos, milho, sorgo e feijões (Minagri, 2007), enquanto outros 1200 hectares (...) eram usados para criar animais (principalmente ovelhas, cabras, coelhos, porcos e aves confinadas).

Como resultado, o sistema urbano de produção agrícola é intensivo (alta produtividade por unidade de área), viável e rentável em um contexto de escassez de insumos.

A agricultura urbana incrementa também a resiliência das cidades de Cuba contra os furações que atingem a ilha a cada ano. O desenvolvimento da agricultura urbana se viu facilitado pelo alto nível educacional da população, a disponibilidade de terrenos vazios, a provisão gratuita de assistência técnica, e o apoio financeiro e material, bem como o desenvolvimento de políticas apoiativas e de um marco regulador e legal apropriado e adaptado às novas condições. O programa está baseado na tomada de decisões participativas entre o governo e vários setores sociais e econômicos, e vinculado aos níveis nacional, estadual e local.

Quinze anos depois de se iniciarem as ações do movimento de agricultura urbana em Cienfuegos, a atividade foi integrada ao Plano Geral de Ordenamento Territorial do município.

MINAGRI Delegação Provincial / Cienfuegos, 2007. Informe Operativo de Agricultura Urbana.

PGU - ALC. 2002. Implementação do Programa de Agricultura Urbana em Cienfuegos. Programa de Gestão Urbana para a América Latina.

É um fato conhecido que cidades como Londres (Reino Unido) vivem com uma reserva de apenas cinco dias de alimentos, tamanha é a dependência que essas cidades têm com relação a alimentos importados de longe. A produção agrícola dentro e ao redor das cidades reduz custos de transporte e pode melhorar o acesso a alimentos mais baratos e frescos, reduzindo assim a vulnerabilidade das áreas mais pobres da cidade e melhorando, ao mesmo tempo, a ecologia urbana e o ambiente em geral (Hopkins, 2008).

Os desastres naturais e ambientais afetam milhões de pessoas em nível mundial na forma de secas e inundações, furacões e terremotos (ver o artigo sobre Nova Orleans).

Segundo a Federação Internacional de Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (ACNUR, 2006), durante a última década o

número total de pessoas afetadas por desastres naturais triplicou, alcançando dois bilhões de pessoas, com uma média de 211 milhões de pessoas afetadas diretamente a cada ano. Esse número representa, aproximadamente, cinco vezes o número estimado de pessoas afetadas por conflitos armados durante a década passada. Em debates recentes sobre mudança climática, foi dito que muitas cidades correm o risco de se converterem em vítimas de desastres ambientais", onde um corte no fornecimento de alimentos provindos das áreas rurais (causado por inundações, secas, vendavais ou nevascas) poderá conduzir a uma severa escassez (a próxima edição da Revista AU tratará desse tema).

Diferentemente dos desastres naturais, muitas das **emergências ocasionadas pelo homem** são atos deliberados e intencionais que ocasionam movimentos demográficos significativos (internos e/ou para fora das fronteiras). Estas situações envolvem uma rede intrincada de forças, muitas vezes voláteis e hostis. Por exemplo, na província de Aceh, Indonésia, os conflitos, a violência e uma massiva campanha de contra-insurgência por parte da milícia desalojaram mais de 300 mil pessoas desde 1999. Muitas dessas pessoas se viram obrigadas a se mudar novamente devido ao tsunami de dezembro de 2004, que deslocou mais de meio milhão de pessoas (<u>ver o artigo sobre Aceh</u>). A crise recente em Gaza é outro exemplo: a invasão israelense fez mais de 90 mil pessoas fugirem de suas casas, enquanto a vida agrícola foi arrasada pela destruição dos cultivos, das árvores e das

colheitas. A maior parte da agricultura em Gaza pode ser considerada urbana (Laeremans e Sourani, 2005) e a reabilitação dessa agricultura é de vital importância para a sua segurança alimentar.



Atividade de geração de renda em Buduburam, Gana (Foto: A.Adam Bradford)

Seja como consequência de um furação, seca prolongada, conflito armado ou crise econômica, em situações de desastre as pessoas sempre experimentam escassez de alimentos, água, moradia e assistência médica. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR (2006), em 2006 existiam no mundo aproximadamente 10 milhões de refugiados (pessoas que fogem através das fronteiras) e 13 milhões de pessoas internamente

desalojadas (pessoas que se deslocam dentro de seu país de origem) devido a diversos tipos de situações de crise.

Essas pessoas ou estão assentadas em campos em periferias rurais ou urbanas, ou vivem dispersas em assentamentos e bairros nas áreas urbanas pobres.

Como mostram os artigos desta edição, embora as pessoas deslocadas (por exemplo, no Quênia e Jordânia) tenham direito ao apoio na obtenção de alimentos e outras necessidades básicas, geralmente não lhes é permitido trabalhar ou se integrar totalmente à sociedade anfitriã – limitação muitas vezes combinada com a falta de acesso a terras para fins produtivos.

A insegurança em certas regiões pode prolongar-se durante muitos anos. Os campos de refugiados tendem a se converter, gradualmente, em comunidades faveladas ou em assentamentos permanentes (ver o artigo sobre Kakuma e sobre Etiópia).

Muitos desses "campos" acabam difíceis de distinguir das cidades circundantes.

Muitos deslocados nunca voltarão a suas regiões de origem, por diversos motivos, e preferirão buscar novas oportunidades de sustento na periferia das cidades próximas.

Apesar de existirem muitos conflitos em andamento, em alguns países há oportunidades de reconstruir comunidades e facilitar a volta de refugiados e de outras populações deslocadas.

Em anos recentes, os retornos mais significativos incluíram a repatriação de mais de 3,4 milhões de refugiados para o Afeganistão e a volta de mais de um milhão de pessoas deslocadas na Bósnia e Herzegovina, Sudão, Serra Leoa e Libéria (ver os artigos sobre Serra Leoa e Libéria nas páginas 19 e 22).

A repatriação é o início de um longo processo de reintegração.

Da crise ao desenvolvimento

As situações de desastre podem ser vistas como uma série de fases dentro de um contínuo no tempo: o "ciclo do desastre", como mostra a figura com as diversas etapas da gestão de desastres (mitigação, preparação, ajuda e recuperação).

A identificação e compreensão dessas fases podem auxiliar tanto os trabalhadores de ajuda humanitária quanto os planejadores urbanos a identificar as necessidades relacionadas com o desastre, para porem em prática as atividades adequadas no momento preciso.

Distribuição de alimentos versus produção de alimentos em tempos de desastres e emergências

A distribuição de alimentos durante tempos de crises e desastres sempre foi a principal resposta de ajuda alimentar, desde a Guerra de Biafra, no final dos

anos 60, quando os meios de comunicação foram utilizados com êxito no Ocidente para mobilizar o apoio público para financiar os esforços de alívio.

No Líbano, alimentos doados foram parar no lixo (Foto: A.Adam Bradford)



Apesar de alguns exemplos

muito exitosos de agricultura de pequena escala em acampamentos de refugiados, tem sido pouca a atenção prestada às estratégias de ajuda e alívio baseadas na produção local de alimentos. As principais estratégias de ajuda ainda continuam se centrando na distribuição de alimentos doados como principal mecanismo de resposta.

Geralmente, a cadeia de resposta a uma emergência é a seguinte:

Crise > mobilização de recursos > implementação da ajuda > segurança alimentar **ou** dependência alimentar.

Logo após um desastre, a ênfase deve estar na distribuição rápida e eficaz de alimentos - enfoque que se encaixa bem nas campanhas da mídia realizadas pelas agências de implementação do socorro, em uma estratégia organizada para coletar fundos para cobrir os custos dos programas de ajuda alimentar. (na tabela isso consta dos temas primários).

Porém, quando os programas de distribuição de alimentos são analisados no longo prazo, temas secundários como a dependência alimentar, a corrupção e os custos dos programas entram em cena.

Certamente há situações em que a produção de alimentos não é uma opção viável; por exemplo, quando os terrenos agrícolas estão contaminados ou minados.

Sem dúvida, um enfoque na distribuição de alimentos, apenas com pequenas iniciativas hortícolas (e não como parte de uma estratégia de longo prazo), resultaria em uma grande perda de oportunidades, pois a implementação da produção local de alimentos pode desempenhar um importante papel na mobilização e reabilitação de comunidades após os impactos de um desastre ou em uma emergência.

A distribuição de alimentos como parte de um esforço de alívio imediato deve ser planejada junto com outras opções de produção local de alimentos, como parte das estratégias de reabilitação e desenvolvimento, de modo que a transição da dependência alimentar para a segurança alimentar possa ser realizada na primeira oportunidade e com risco mínimo para os beneficiários.

Comparação entre as estratégias de distribuir ou produzir alimentos

Distribuição de Alimentos	Produção de Alimentos	
Temas primários		
Proporciona segurança alimentar imediata	Proporciona segurança alimentar sustentável	
Alto impacto na mídia	Menor impacto midiático do que nas estratégias de levantamento de fundos.	
Altas expectativas dos doadores	Baixa prioridade do doador na resposta inicial ao alívio	
Requer principalmente boas práticas logísticas	Requer maior experiência em programas sociais	
Entrega inicial de alimentos mais rápida às vítimas do desastre	Lapso de tempo até as primeiras colheitas	
Temas secundários		
Proporciona infraestrutura logística para implementar programas nutricionais de emergência	Lapso de tempo até que as colheitas possam ser produzidas pelos programas nutricionais de emergência	
Pouca necessidade de terra	A terra agrícola a ser usada pode estar contaminada ou minada	
Requer alimentos e insumos de alto custo	Requer ferramentas/ sementes/ insumos e capacitação de baixo custo	
Corrupção/malversação/risco de elevar os preços dos alimentos devido a compras locais significativas e imediatas	Menos oportunidades para a corrupção/malversação; construção de mercados locais fortes	
Cria dependência nos beneficiários com relação aos doadores	Empodera e mobiliza as comunidades, enquanto fornece benefícios psicológicos	
Cria dependência alimentar	Cria segurança alimentar	
Principalmente alimentos processados (pode incluir alimentos modificados geneticamente)	Alimentos produzidos localmente, mais frescos e com maior conteúdo nutritivo	
Pode conter produtos desconhecidos e culturalmente inaceitáveis, ocasionando desperdício de alimentos	Incorpora verduras nativas e cultivos utilizados localmente, potencializando a produção local	
Torna pouco nítida a transição da fase da ajuda para a fase da recuperação, inclusive criando barreiras para futuros desenvolvimentos	Catalizador para a implementação de estratégias de mitigação baseadas no assentamento e de segurança alimentar baseadas na preparação para emergências e desastres	
Alta produção de carbono devido às "milhas alimentares" (a comida vem de longe) e ao processamento industrial dos alimentos	Baixa produção de carbono	

A fase de *ajuda* (ou *resposta*) é o período imediatamente posterior à ocorrência de um desastre, quando medidas excepcionais devem ser tomadas para localizar e resgatar os sobreviventes e satisfazer suas necessidades básicas de refúgio, água, comida e assistência médica (provisão de ajuda de emergência).

Na fase de *reabilitação* (ou *recuperação*) são planejadas operações e tomadas decisões com vistas a facilitar ajustes estruturais para os impactos causados pelo desastre (auxílio para que as pessoas recuperem o que perderam).

A fase da *reconstrução* abrange as ações tomadas para restaurar, nas áreas afetadas, as condições de vida anteriores, depois do período de reabilitação. Essas ações incluem a construção de moradias permanentes e a completa restauração de todos os serviços, buscando que os recursos financeiros e materiais possam ser novamente utilizados para perseguir objetivos de desenvolvimento a longo prazo.

Campo de refugiados liberianos, Buduburam, Gana

O acampamento administrado pelo ACNUR em Buduburam foi estabelecido em 1990 para refugiados (...) da Primeira Guerra Civil Liberiana; sendo, durante os cinco anos seguintes, a moradia de uma média de 40 mil refugiados liberianos. A Segunda Guerra Civil Liberiana (1999-2003) trouxe uma nova crise e, uma vez mais, grupos de refugiados chegaram a Gana, ao acampamento de Buduburam.

Embora o acampamento continue sendo uma ferida permanente na paisagem, ele reúne atualmente uma população total bastante reduzida, de entre 7 mil a 10 mil refugiados. A cada mês, a ajuda alimentar do PMA é distribuída a grupos vulneráveis dentro do campo. No mesmo dia da entrega, comerciantes da capital, Accra, também chegam ao acampamento, unicamente para comprar os grãos de milho diretamente dos beneficiários.

Esse milho é então levado para Accra, onde é vendido nos mercados locais e nacionais, com significativo lucro para os comerciantes. Enquanto isso, os beneficiários utilizam suas magras economias para comprar arroz (// componente básico de sua alimentação) no mercado local.

Desde cedo essa situação gerou a seguinte pergunta: por que não se pode distribuir o arroz desde o princípio? E de preferência o arroz ganense, que tem um mais valor nutritivo do que o arroz importado dos E.U.A. Cabe destacar que a agricultura urbana está crescendo nas áreas ao redor do acampamento, porém essas intervenções não recebem apoio institucional eficaz.

Além disso, os serviços de extensão agrícola no campo continuam inexistentes, devido à falta de recursos, como o "Manual Agrícola para Situações de Refugiados", que o ACNUR produziu na Suíça, mas que ainda não foi distribuído nesse acampamento.

Refugiada da Libéria no campo Buduburam, em Gana Estas fases não costumam captar, necessariamente, a relação de causa e efeito que pode haver entre os desastres e o desenvolvimento social e econômico, ou a necessidade de se passar, gradualmente, da ajuda de emergência ao apoio para o desenvolvimento. Por exemplo, a fase de reabilitação depois de um desastre proporciona importantes oportunidades para se iniciarem programas de desenvolvimento, e atua como um catalisador para a implementação das estratégias de mitigação e preparação, construindo, dessa maneira, uma resiliência (capacidade de resistir e se recuperar) a longo prazo. Os programas de reabilitação podem focar no ensino de novas habilidades e no fortalecimento dos sensos de comunidade e liderança.

Isso é especialmente importante para os refugiados que enfrentam situações prolongadas, como os assentados provisórios em áreas urbanas. A longo prazo, esse processo de fortalecimento de capacidades também pode contribuir para restaurar o governo municipal local, o que, por sua vez, legitima e constrói uma boa governança no nível público em geral.

Essa necessidade de preencher a lacuna entre as fases de ajuda e de desenvolvimento é debatida com frequência e abordada a partir de enfoque conhecido como a *Vinculação da Ajuda, Reabilitação e Desenvolvimento (VARD)*. A União Européia, através do Serviço de Ajuda Humanitária da Comissão Européia (ECHO na sigla em inglês) enfatiza a importância desse vínculo. Não obstante, persiste o desafio de integrar essas duas correntes de ajuda, já que ambas partem de pontos de vista opostos.

No processo de VARD, é importante prestar atenção à *autossuficiência*, pois é a capacidade de uma comunidade para produzir, trocar ou demandar recursos que poderá lhe assegurar sustentabilidade e resiliência contra futuros desastres. A introdução do conceito de *meios de vida sustentáveis* também se distancia da percepção mais usual dos refugiados como pessoas completamente vulneráveis e dependentes da ajuda externa. O enfoque nos meios de vida e sustento nos acampamentos de emergência centraliza-se em estratégias que facilitem que aos beneficiários satisfazerem suas necessidades básicas, enquanto identifica as limitações que os impedem de fazer valer seus direitos humanos e, portanto, desenvolver seus meios de vida.

O conceito de *segurança humana*, finalmente, promove uma importante mudança, transferindo o foco da segurança estatal (ou seja, na proteção do território) para temas ligados aos direitos humanos: direito aos alimentos, ao refúgio etc.

Fazer isso amplia o alcance das intervenções dos governos e das organizações internacionais e introduz temas como o incremento do

acesso à posse de terras para as pessoas desalojadas – em lugar de se limitar em buscar a segurança alimentar e a proteção das pessoas.

A segurança humana também está voltada para o conjunto de temas que há por trás das complexas causas internacionais dos movimentos demográficos, explicando suas razões e vinculando-as ao desenvolvimento e à pobreza.

Cada vez se dá mais ênfase a estratégias preventivas, como o desenvolvimento da boa governança dos países. Com relação a esses temas, ver os artigos <u>sobre Kakuma</u> e <u>sobre Uganda</u>.

A segurança alimentar é uma dimensão importante da segurança humana. Está relacionada com a disponibilidade, o acesso e o uso dos alimentos. A disponibilidade dos alimentos no nível da família, da cidade ou do país pode ser afetada por uma guerra, ou pela interrupção ou destruição dos cultivos ou da infraestrutura de transporte, ou por desastres naturais como secas, inundações, pragas ou avalanches que podem destruir totalmente os cultivos. O acesso aos alimentos no nível da família pode ser interrompido pela falta de poder aquisitivo ou pela ocorrência de uma enfermidade entre seus membros. O uso dos alimentos também pode ser afetado no nível individual, quando as pessoas se encontram enfermas ou feridas, ou requerem alimentos específicos (como no caso de mulheres grávidas, crianças pequenas, convalescentes etc.).

O papel de agricultura urbana

A agricultura urbana sempre foi utilizada como (...) estratégia de segurança alimentar durante situações de crise econômica e de emergência.

Entre os exemplos podemos mencionar a grande campanha "Cultivar pela Vitória", na Grã-Bretanha durante a Segunda Guerra Mundial, e mais recentemente, a "Operação Alimente-se a Si Próprio", em Gana, durante os anos 70. De maneira similar, em muitos outros países, a agricultura doméstica em quintais, assim como a horticultura institucional e escolar, vem sendo promovida durante tempos de instabilidade alimentar.

Logo após uma crise, é dada pouca atenção à produção agrícola ou à proteção dos sítios agrícolas. Quando as agências de socorro e alívio se vão, ou quando decrescem o apoio e os recursos externos, frequentemente é grande o número de pessoas que ficam fragilizadas por causa da dependência da ajuda alimentícia externa durante longos períodos de tempo.

Os motivos pelos quais é preciso apoiar as atividades relacionadas com a agricultura logo no início da fase pós-desastre são numerosos.

Em primeiro lugar, há carência de alimentos frescos e variados (além da provisão de alimentos básicos).

Cada vez mais são reconhecidos os potenciais da horticultura e de outras atividades de produção agrícola (p.ex., ovos, cogumelos, ervas medicinais, etc.) para os refugiados que vivem deslocados por longos períodos.

Em segundo lugar, envolver-se em atividades de produção pode ajudar as pessoas a recobrar sua dignidade, esperança e o amor próprio, e aumentar o bem-estar em geral. As atividades de horticultura familiar ou comunitária ajudam a incrementar a autossuficiência, permitindo que as pessoas cultivem seus produtos preferidos, melhorando suas habilidades e conhecimentos, reduzindo gastos operacionais para as agências de ajuda humanitária e contribuindo potencialmente para restaurar o tecido social das comunidades afetadas pelo desastre.

A agricultura urbana pode desempenhar múltiplos papéis nas diferentes fases do ciclo de manejo do desastre. As instruções para proteger a produção de alimentos básicos são dadas nas diretrizes do <u>Projeto Esfera</u>, que também contém recomendações para o planejamento da distribuição de pequenas parcelas de terra para uso como hortas.

A longo prazo, a horticultura também gera renda e melhora a associatividade e os vínculos com outros refugiados ou comunidades

locais, contribuindo para o desenvolvimento mais amplo da área na qual os refugiados estão alojados, ao estimular o mercado e o comércio local.





A combinação deliberada da atenção à produção de alimentos e à inclusão social é ilustrada, por exemplo, no artigo <u>sobre El Alto</u>, Bolívia. Finalmente, os recursos naturais podem ser conservados e protegidos pela promoção de práticas agrícolas saudáveis e pela introdução de sistemas de reciclagem de resíduos adequados às condições locais.

Ao se desenvolverem intervenções e projetos agrícolas em ambientes urbanos ocupados por refugiados, é preciso considerar o seguinte:

- As características físicas do entorno local, como as capacidades da infraestrutura, os serviços sociais básicos (água, saneamento, gestão de resíduos, saúde), a disponibilidade de terra, energia (madeira, combustível).
- Características sociais, como os direitos das PID/refugiados, as condições de segurança, o tecido social e a coesão (raça, tribo, gênero), a incerteza quanto ao futuro, os traumas, a oferta de mãode-obra (abundante porém debilitada), e a possibilidade de conflitos entre refugiados e PID.
- As disponibilidade dos alimentos, a qualidade da comida, uma cesta de alimentos balanceada, a cultura, a renda, etc.
- Os temas políticos que podem inibir as intervenções.

Nesse processo de desenvolvimento, é importante prestar atenção ao aumento da autossuficiência. A proteção e o apoio aos meios de vida e sustento deveriam se constituir em componente inicial da resposta diante de uma emergência, e podem ser um instrumento hábil para salvaguardar a segurança alimentar e reduzir ao mínimo a dependência, entre os beneficiários, da ajuda externa.

O desenvolvimento de estratégias de sustento, incluindo a agricultura e a criação de animais, dependerá da disponibilidade e do acesso a terras, a água para irrigação e a sementes e recursos naturais, e também da liberdade de movimento. As agências de ajuda humanitária podem prover sementes, instrumentos e apoio técnico aos refugiados quando for necessário, porém o acesso às terras e a outros recursos comuns muitas vezes é limitado pelas políticas implementadas pelos países anfitriões. Em particular, o acesso a terras é limitado pelo sistema tradicional de posse da terra e pelas leis

ligadas à propriedade de terrenos e aos direitos de usufruto. Como é mostrado nesta edição, os governos anfitriões têm que tomar uma atitude mais positiva nesses casos (como sucede em Uganda).



Jovem coletando água de um canal de drenagem (Foto: UNHC)

O interesse dos beneficiários nas atividades agrícolas pode evoluir com o tempo, conforme suas necessidades imediatas começam a ser satisfeitas. Porém alguns refugiados podem não desejar cultivar verduras para não passar a impressão de que vão ficar no local por um longo tempo. Para muitos outros ainda, a agricultura tem um caráter assumidamente permanente.

Durante o primeiro período da ajuda de emergência, a produção agrícola é improvável, porém o planejamento de futuros espaços de produção deve ser levado em conta na disposição dos espaços ou nos planos de reconstrução de moradias.

Microtecnologias

Existem semelhanças entre a agricultura em um acampamento de refugiados e a praticada no entorno urbano. A agricultura urbana - com sua ênfase em tecnologias de espaço confinado (ver a Revista AU

10), o uso de resíduos orgânicos compostados e a reciclagem de águas residuais - poderia oferecer boas opções de provisão de verduras, ovos, laticínios e outros produtos perecíveis para a população da "nova cidade", além de gerar alguma renda.



Grupo cultivando em Oryang (Foto: Astrid van Rooij)

Muitas vezes, estimulados por organizações de ajuda humanitária, os refugiados começam a cultivar produtos muito nutritivos para o autoconsumo e para satisfazer suas necessidades imediatas. Esses cultivos requerem apenas um período de crescimento geralmente curto e baixo investimento, utilizando os conhecimentos e habilidades tradicionais.

Vários artigos desta edição descrevem o uso de tecnologias de espaço confinado que foram desenvolvidas ou propagadas em acampamentos de refugiados. Estas tecnologias e o uso consciente dos recursos locais muito escassos (área mínima, terra de baixa qualidade, resíduos orgânicos reciclados, águas residuais reusadas, sementes locais etc.) reduzem os riscos para a saúde e o ambiente.

O artigo sobre um <u>assentamento em Nairóbi</u>, Quênia, apresenta o uso de "hortas de níveis múltiplos".

Resiliência

Além de importante estratégia na transição da fase de ajuda para a fase de reabilitação e reconstrução, a agricultura deveria estar integrada nas estratégias de mitigação de desastres, por contribuir para aumentar a resiliência frente a futuros desastres.

"Mitigação" é um termo coletivo para todas as ações tomadas antes da ocorrência de um desastre (*medidas pré-desastre*), incluindo preparação e medidas de redução de riscos a longo prazo.

As novas descobertas no campo da redução de riscos de desastre demonstram o papel essencial da resiliência, bem como a forte conexão entre esta e a sustentabilidade dos sistemas socioecológicos.

A resiliência determina a persistência das relações dentro de um sistema. A resiliência mede a capacidade de uma família, de uma cidade ou de uma nação para absorver choques e tensões (Wisner et al., 2004).

Focar na resiliência significa enfatizar o que pode um sistema ou uma comunidade fazer por si mesmo, e como reforçar capacidades, em especial para:

- Absorver tensões ou forças destrutivas através da resistência ou da adaptação.
- Manejar ou manter certas funções e estruturas durante eventos desastrosos.
- Recuperar ou retornar à situação anterior.

Os custos de restaurar comunidades, levando-as a um estado parecido ao original, são muito maiores do que os gastos de investimento em um programa comunitário de redução de riscos de desastre e no incremento de sua resiliência antes que um desastre ocorra.



Horta pós-tsunami (Foto: A.Adam Bradford)

O papel da agricultura urbana na construção da resiliência será discutido mais detalhadamente na próxima edição.

Conclusões e recomendações

As experiências mostram que a agricultura dos refugiados não é só uma estratégia de sobrevivência através da qual as pessoas desalojadas podem obter alimentos de forma temporária, mas também uma valiosa estratégia de sustento para quem se estabelece permanentemente e para os que, finalmente, retornam a suas cidades ou países de origem.

Muitos desalojados, tanto em áreas rurais quanto ao redor de cidades, se envolvem com a agricultura para a subsistência e a produção comercial. Cada vez mais autoridades locais e nacionais, bem como

agências de ajuda humanitária, estão não apenas permitindo, mas, principalmente, apoiando intencionalmente atividades de produção agrícola como parte de suas estratégias de desenvolvimento.

A agricultura urbana pode desempenhar um papel importante em todos os aspectos do ciclo do manejo de desastres, sendo um instrumento de política multifuncional e uma ferramenta de aplicação prática.

Na fase pós-desastre, a agricultura urbana pode contribuir para a segurança alimentar através da produção de verduras frescas, proporcionando assim um insumo alimentício balanceado, que pode ser combinado com programas de ajuda alimentar.

Muitas vezes esses acampamentos não contam com muito espaço disponível, daí o uso de microtecnologias, como as hortas com vários níveis. Durante a fase de recuperação, a agricultura urbana proporciona sustento e oportunidades para gerar rendimentos, e contribui para a reabilitação social e econômica mais ampla, principalmente nos acampamentos de refugiados mais antigos, assim como ao redor de cidades onde os níveis de desemprego e pobreza urbana podem ser particularmente altos.

Dependendo da disponibilidade de terrenos, podem aplicar-se diversas formas de agricultura urbana nesses lugares.

Ainda que os deslocados tenham certo *status* de "protegidos", a realidade frequentemente mostra que eles não têm direito de usar a terra ou empreender atividades produtivas, como ilustram os artigos desta edição. Assim, a situação dos refugiados e PID tem que ser melhorada e, ao mesmo tempo, as agências de implementação precisam prestar uma adequada atenção a direitos básicos, como o acesso a terras para a horticultura e criação de animais.

Do mesmo modo, a horticultura comunitária ajuda a construir diversas formas de capital (social, humano, financeiro, econômico, físico, natural, etc.), contribui para a resiliência, e pode reduzir o impacto de futuros choques. Para poder construir comunidades sustentáveis e resilientes é crucial o compromisso ativo das próprias pessoas ao longo de todo o processo.

As políticas e as intervenções para promover a agricultura de refugiados que precisam ser consideradas no planejamento e no projeto incluem:

• Requisitos consensuados e adequados ao acampamento e/ou aos bairros (ver diretrizes do <u>Projeto Esfera</u>).

- Promoção de cultivos e de criação animal adequados para espaços reduzidos e de tecnologias apropriadas para maior economia de água.
- Capacitação e apoio organizacional, tanto em tecnologias como em atividades de reintegração e reabilitação.
- Provisão de insumos e apoio financeiro especialmente importante quando os agricultores desalojados querem passar do autoconsumo à produção comercial.

A geração de renda a partir de meios de sustento baseados na agricultura desempenhará um papel cada vez mais importante no desenvolvimento de uma independência econômica entre as populações de refugiados e ajudará a criar uma transição efetiva entre o alívio da emergência e o desenvolvimento.

É muito provável que a disponibilidade de equipamentos ou de capital para empréstimos aos pequenos negócios melhorará a capacidade dos desalojados para perseguir seus meios de sustento e garantir sua segurança alimentar e, muito possivelmente, os benefícios também alcançarão a comunidade anfitriã.

Facilitar a mudança da fase de operações de alívio da emergência para as fases de reabilitação e desenvolvimento sustentável requer inovações que se ocupem das necessidades atuais, enquanto constroem e incorporam perspectivas para o futuro.

Isto requer a implementação de mecanismos participativos, como organizações de agricultores ou horticultores e escolas de campo para agricultores.

Estes enfoques colocam as comunidades no centro da agenda do desenvolvimento, reforçando suas capacidades técnicas e realizando o sentido de comunidade.

Os processos multiatorais – que envolvem atores públicos e/ou não governamentais – podem ajudar a desenvolver a boa governança, o que é especialmente importante em estados frágeis que carecem da capacidade e da vontade governamental para assumir funções e serviços-chave (OCDE, 2008).

A produção de alimentos nos acampamentos e nas cidades, quando é adequada às condições locais, reduz a dependência de doações de alimentos (de origem rural), que podem ser facilmente afetadas por interrupções no transporte, conflitos armados, secas ou inundações. Isso melhora a disponibilidade e o acesso a alimentos mais nutritivos e, a longo prazo, pode aumentar a resiliência das cidades.

Referências

- Alexander, D. 2000. Confronting Catastrophe: New perspectives on natural disasters. Oxford University Press, Oxford, UK.
- Hopkins, R. 2008. The Transition Handbook: From Oil Dependency to Local Resilience. Green Books, Totnes, Devon.
- Laeremans, L. and Sourani, A. 2005. Urban Agriculture in the Gaza Strip, Palestine. Urban Agriculture Magazine: Multiple Functions of Urban Agriculture, No. 15.
- OECD. 2008. Service Delivery in Fragile Situations: Key concepts, findings and lessons. OECD/DAC Discussion Paper.RUAF. 2008.
 Urban Agriculture for Resilient Cities; Green, productive and socially inclusive. DvD distributed at the World Urban Forum in Nanjing, China, November 2008.
- UNHCR. 2006. The State of the World"s Refugees. UNHCR: www.unhcr. org or UNHCR Statistics: http://www.unhcr.org/statistics.html
- UNHCR. 2008. Protecting Refugees & The role of UNHCR. Available at: http://www.unhcr.org/basics/BASICS/4034b6a34.pdf
- Wisner, B.; Blaikie, P.; Cannon, T. and Davis, I. 2004. At Risk: Natural hazards, people"s vulnerability and disasters. Second Edition.Routledge, London.

A cidade acidental: urbanização em um acampamento de refugiados da África Oriental

Bram J. Jansen, Universidade de Wageningem (*) bramologie@yahoo.co.uk

Os acampamentos de refugiados são vistos como assentamentos temporários, organizados segundo a funcionalidade das operações humanitárias. De acordo com essa visão política, os refugiados são

beneficiários passivos da ajuda, e as dinâmicas da vida diária dentro dos acampamentos permanecem ocultas. Por outro lado, os acampamentos de refugiados podem ser vistos como entornos urbanos emergentes.

Supermercado da comunidade etíope em campo de refugiados (Foto: Bram Jansen)



Quando se entra no acampamento de refugiados de Kakuma, no Quênia, as noções de tempo e espaço se tornam obsoletas, não apenas devido aos vários anos de existência do lugar, mas também especialmente como resultado dos processos sociais e materiais que ocorrem nele. Com base em um trabalho de campo conduzido entre 2004 e 2006, o autor apresenta a sequência das observações de Agier (2002), Montclos e Kagwanja (2000), recolhidas entre cinco e oito anos antes.

O acampamento de refugiados de Kakuma

O acampamento de refugiados de Kakuma foi estabelecido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em 1992 e, em princípios de 2006, albergava aproximadamente 95 mil habitantes, principalmente do Sudão, da Somália e, em menor medida, também do Congo, Etiópia, Eritreia, Burundi, Ruanda e Uganda. O campo está localizado na região Turkana semiárida do Quênia que se limita com o Sudão, a Etiópia e Uganda.

A política queniana de refugiados estipula que não lhes é permitido aventurar-se fora das paredes virtuais do campo e que não devem interferir nos recursos naturais utilizados pelos nômades locais.

Oficialmente não lhes é permitido trabalhar ou integrar-se à sociedade queniana, tornando-os dependentes das doações de alimentos.

Porém, dentro dessas paredes virtuais, evoluiu uma economia informal que oferece oportunidades de sustento para os refugiados além das medidas básicas de proteção proporcionadas pelo ACNUR e pelas ONGs, e que ultrapassam os limites do acampamento. O acampamento se transformou em uma espécie de cidade em um deserto pastoril.

Diversidade de pessoas e meios de sustento

O acampamento congrega uma diversidade de povos, estilos de vida, culturas, religiões, meios de sustento e habilidades que excedem os aspectos puramente humanitários de uma situação de refugiados e incluem aspectos de desenvolvimento. Por exemplo, em 2005 o acampamento tinha quatro escolas secundárias, 23 escolas primárias e sete jardins-de-infância, com um total de 33 mil estudantes. Esses alunos são matriculados em programas de educação que seguem o plano de estudos queniano e que conferem os diplomas correspondentes. A educação é proporcionada inclusive aos deficientes visuais e existe um internato feminino que busca manter as meninas em ambiente seguro.

Os refugiados muitas vezes são apresentados como um grupo homogêneo ou como um grupo-alvo no qual se pretende intervir — mulheres, crianças ou idosos. Em Kakuma, porém, surgiram outros estratos socioeconômicos, já que existe uma divisão (visível e invisível) do trabalho e dos meios de sustento (comerciantes e seus empregados, o clero fazendo às vezes de líderes e pastores dos refugiados, os trabalhadores empregados pelas agências de ajuda humanitária, aqueles que recebem remessas do estrangeiro ou obtêm rendimentos e os que aproveitam oportunidades em cidades quenianas como Nairóbi). Os refugiados que são totalmente dependentes das doações podem ser vistos como formando uma espécie de "subclasse" mais pobre.

Alimentos

As rações de alimentos para os refugiados não são suficientes, estando sujeitas a cortes orçamentários e a flutuações regulares na provisão de feijão, milho, azeite e sal. As oportunidades para a produção de alimentos no acampamento são limitadas devido ao clima, ao espaço mínimo disponível e às regulamentações. Existem algumas "hortas de níveis múltiplos", verduras cultivadas em casa em pequena escala, e algumas pessoas criando coelhos ou frangos para o consumo. É difícil estimar a quantidade de alimentos produzidos e vendidos, porém

sabe-se que não são suficientes. Além disso, a maior parte dos produtos vendidos no acampamento é importada de outros lugares, proporcionando, por sua vez, oportunidades de mercado para a população local dos arredores (Turkana).

O mercado para as verduras frescas e a carne de cabra é muito significativo. Os Turkana vendem gado, cabras, camelos, frangos e verduras aos assentados, diretamente ou através de intermediários. Por outro lado, os refugiados também lhes vendem suas rações e sua pequena produção (milho e sorgo, p.ex.).

As tendas comerciais no acampamento importam uma variedade de produtos de Nairóbi e do acampamento de Dadaab (o outro campo de refugiados dirigido pelo ACNUR no Quênia), ou até do estrangeiro.

Bicicletas, roupas, maletas, rádios, gravadores e reprodutores de CD e uma ampla variedade de artigos para moradia ali são vendidos, incluindo produtos para a higiene e cosméticos.

Mudança social

Na economia de Kakuma, as empresas, a mudança social e o capital humano estão estreitamente relacionados. Um refugiado que concluiu a escola secundária pode ser empregado como professor, emprego que lhe pode proporcionar dinheiro suficiente para iniciar um negócio. Os tipos específicos de empreendimentos viáveis em uma comunidade vizinha podem servir de exemplo e estimular as pessoas a começarem seus próprios negócios. Além disso, as pessoas que conseguem ser relocalizadas convertem-se em doadores para seus parentes que permanecem no acampamento, mediante o envio de remessas financeiras. A presença da TV por satélite nos bares e restaurantes (iniciativas que por si mesmas são empreendedoras) impacta as pessoas, ao lhes dar acesso à mídia, estimulando os jovens ou gerando novas ideias de negócio.

São os fluxos humanos que unem o acampamento ao exterior. Durante o período do estudo, as ONGs e as companhias que trabalham no Sudão o visitavam quase diariamente para recrutar pessoas com experiência e capacitação, como professores, funcionários de clínicas, enfermeiras etc.

Vínculos similares existem entre as cidades quenianas e o acampamento, e entre a população anfitriã e o acampados. O acampamento converteu-se parcialmente em um lugar onde se podem encontrar novos recursos e serviços tradicionais para os refugiados, como proteção, segurança social e alimentos (Jansem 2008). Em 2006, cerca de 2 mil refugiados da Tanzânia chegaram a Kakuma.

A dinâmica econômica dentro do acampamento de refugiados contradiz os problemas associados com as situações prolongadas de refugiados. Um desses problemas é que os refugiados de Kakuma (como acontece em muitos outros acampamentos) não têm permissão para trabalhar. Dentro do acampamento, porém, o que é oficialmente proibido e o que realmente acontece podem diferir enormemente. O mesmo se aplica às viagens.

Embora os refugiados estejam oficialmente limitados ao acampamento, alguns deles podem ser vistos indo e vindo diariamente a Nairóbi ou a outras cidades quenianas e, inclusive, sudanesas. Os refugiados, portanto, negociam a sua maneira de contornar as restrições para encontrar novas possibilidades e oportunidades. Nesse sentido, várias transações ocorrem fora do alcance e do controle das agências.

Membros da comunidade somali iniciaram um sistema de microcrédito para ajudar as iniciativas comerciais de grupos de mulheres. Tão logo um grupo quitava a sua dívida, abria-se a oportunidade para outro grupo obter empréstimo. Este sistema é, de certa maneira, similar ao de agências que oferecem microcrédito.

O discurso das ONGs sobre a dependência dos refugiados tende a subestimar essas atividades que ocorrem fora do âmbito da intervenção. Os líderes somalis estimavam que quase 90% de sua população no acampamento já não dependia das doações do ACNUR (estimativas similares nos chegam também do acampamento de Dadaab).

Apoiando as comunidades circundantes

Essa é uma faceta cada vez mais conhecida das situações prolongadas de refugiados: os acampamentos podem contribuir com algo para o entorno da área onde estão instalados – em vez de causar principalmente problemas e desordem, esgotar os recursos ou degradar o ambiente. "Sem estes refugiados não somos nada. Se eles se forem, teremos que trazer outros", declarou um homem Turkana que vive ao lado do acampamento, indicando que Kakuma e sua crescente comunidade se beneficiam enormemente da existência do acampamento. E muitos "ex-pastores" locais se localizaram ao redor do acampamento buscando meios de sustento dentro do acampamento e em sua periferia.

Apesar dessa realidade (ou do paradoxo de muitos refugiados estarem "melhor de vida e dinheiro" do que os membros da comunidade Turkana local) gerar atritos, a maior parte dos vizinhos acredita que estaria pior sem os refugiados. O acampamento converteu-se em algo paradoxal: um lugar temporário que,

lentamente, sacode seus vazios de temporalidade através de processos de criação de espaço similares a algumas formas de urbanização.

Referências

- Agier, M de 2002. 'Between war and city. Towards an urban anthropology of refugee camps', Ethnography 3(3): 317-341.
- Jansen, B. J. 2008. 'Between war and city. Towards an urban anthropology of refugee camps', Ethnography 3(3): 317-341.
- Montclos, M.-A. P. D. e P. Kagwanja 2000. 'Refugee Camps or Cities? The Socio-economic Dynamics of the Dadaab and Kakuma Camps in Northern Kenya', Journal of Refugee Studies 13(2): 205-222
- (*) O autor atualmente tem uma bolsa de estudos "Marie Curie" na Universidade de Deusto em Bilbao, Espanha, e está finalizando um Doutorado no Departamento de Estudos de Desastres na Universidade de Wageningen, Holanda, financiado pela WOTRO (Fundação Holandesa para a Pesquisa Tropical Avançada).

Da dependência à autossuficiência: experiências no norte de Uganda

Astrid van Rooij, Norwegiam Refugee Council - Uganda astrid.van.rooij@nrc.or.ug Loam Liem, Netherlands Refugee Foundation, Holanda l.liem@etcnl.nl

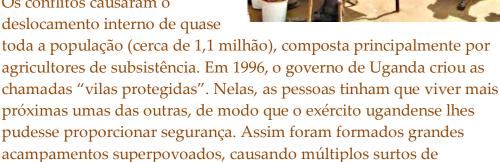
Por mais de vinte anos, a população de Acholiland, no norte de Uganda, vem lutando para sobreviver em meio a conflitos violentos, nos quais muitos moradores têm sido assassinados. Esse longo conflito criou altos níveis de dependência, porém a redução da ajuda em alimentos estimulou a criação de um programa de

segurança alimentar e a promoção de meios de sustento visando melhorar a autossuficiência das pessoas desalojadas.

> Mercado no campo Layamo IDP (Foto: Astrid van Rooij)

Os conflitos causaram o deslocamento interno de quase

enfermidades.



Os moradores não tinham alimentos suficientes, por que dificilmente havia terra disponível para a produção agrícola. Muitos deles perderam a maior parte de seus pertences, inclusive sementes e ferramentas, e seu gado foi saqueado. Em agosto de 2006 foram iniciadas as conversações de paz entre o governo de Uganda e o Exército de Resistência do Senhor (LRA, na sigla em inglês). Esse processo foi positivo, embora o acordo de paz completo não tenha sido assinado.

Devido a essa melhora na segurança, muitos moradores começaram a se mudar dos acampamentos para os espaços de transição (36 %) enquanto outros começaram a voltar para seus locais de origem (28 %) (IASC, 2008). Este movimento resultou na melhora do acesso à terra para as pessoas internamente deslocadas (PID) e os retornantes.

Assegurando os alimentos

Quando os primeiros campos protegidos foram ocupados, o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Conselho Norueguês para Refugiados (CNR) começaram a distribuir alimentos a todas as PID, conseguindo manter as taxas de desnutrição em nível aceitável. Porém, em algumas ocasiões, a cadeia dos alimentos se rompia, reduzindo as rações distribuídas às PID e as obrigando a buscar outras maneiras para enfrentar a situação, como reduzir o número de refeições por dia ou comer porções menores a cada refeição.

Por causa das restrições à movimentação – só era permitido às pessoas se afastarem até cinco quilômetros além dos acampamentos – só algumas PID podiam cultivar pequenas parcelas de terreno ao redor dos acampamentos. Ao cultivar produtos como verduras, pretendiam complementar suas rações de alimentos do PMA, que então consistiam em cereais, legumes, azeite e sal. Porém, por várias razões, as colheitas eram geralmente pequenas e inadequadas: o solo foi esgotado por muitas pessoas o explorarem ao mesmo tempo; as árvores e os arbustos foram usados como material de construção e combustível; sementes e ferramentas existiam em quantidades limitadas; as pessoas contavam com habilidades e conhecimentos limitados (sua capacitação em produção agrícola não contemplava as tecnologias e técnicas mais novas); e além disso careciam de capital.

O longo conflito e a ajuda humanitária criaram altos níveis de dependência, ao mesmo tempo em que o PMA propunha reduzir ainda mais a ajuda alimentar. Por tudo isso, era hora de pensar em melhorar a autossuficiência das PID. Como resultado, a CNR, com apoio do Ministério de Assuntos Exteriores norueguês, e a Fundação Holandesa para os Refugiados (Stichting Vluchteling, SV) iniciaram, em 2005, um programa-piloto de segurança alimentar e de meios de sustento em três distritos. Ao mesmo tempo, a SV apoiou outras intervenções agrícolas de pequena escala, que foram implementadas por organizações locais.

Apoio às PID e aos retornantes

Inicialmente, o programa priorizou os indivíduos extremamente vulneráveis (IEV), já que suas opções para enfrentar as condições da migração forçada e dos assentamentos eram muito mais limitadas.

Mais tarde, quando essas pessoas tornaram-se capazes de se mover e acessar terrenos próximos – ou voltar para seus locais de origem – outras PID também receberam o apoio, de modo a poderem reconstruir o mais rápido os seus meios de sustento e criar uma rede de proteção social para os IEV.

A fim de alcançar tantas pessoas quanto possível, o CNR começou a trabalhar através de grupos nos diversos campos. A maior parte dos grupos (entre 20 e 30 membros) já proporcionava algum nível de segurança social e econômica a seus membros. No princípio, o programa trabalhou com cerca de 3.800 domicílios, incrementando depois gradualmente esse número até chegar a cerca de 9.000 mulheres.

O programa aborda a acessibilidade, a disponibilidade e a utilização dos alimentos, e os riscos vinculados a esses temas, através da produção agrícola, de atividades geradoras de renda e da conservação ambiental. O programa opera todos os seus componentes com enfoques similares para alcançar seus beneficiários e ter um impacto na realidade: provisão de insumos para assegurar o início das atividades; capacitação para incrementar o conhecimento e as habilidades; monitoramento; e respaldo técnico.

Devido aos altos níveis de dependência presentes, as intervenções de apropriação são consideradas de suma importância para o êxito do programa. O CNR desenvolveu seu programa de modo que as PID e os retornantes se tornam capazes de escolher, por si mesmos, os empreendimentos agrícolas ou não agrícolas nos quais eles próprios investirão os insumos disponíveis localmente.

Ao criar conhecimento, além de fortalecer e desenvolver as fontes de alimentos e dinheiro, o programa ajuda as PID e os retornantes a enfrentarem sua situação a curto prazo, bem como a ganharem habilidades e práticas que os beneficiarão quando voltarem a seus lugares de origem, a mais longo prazo. Técnicos do governo e membros das organizações não governamentais locais também estão participando da capacitação e do monitoramento, o que lhes permitiu se manterem atualizados com os últimos desenvolvimentos em seus setores de trabalho e se envolverem completamente com os programas de recuperação em suas áreas.

Rendimentos gerados

Cerca de 750 famílias (em 35 grupos) participaram do primeiro ciclo de atividades de geração de renda. A maior parte delas já estava envolvida havia um ano nessas atividades. Nem todas elas tornaram-se rentáveis imediatamente devido aos custos iniciais e ao fato que algumas atividades, como o uso de tração animal, tomam tempo para começar (os animais

precisam ser treinados) e são sazonais. Em média, os grupos puderam economizar Ug\$ 530 mil (Ug\$1.800 = 1 dólar), enquanto que, ao mesmo tempo, a maior parte dos grupos tinha empréstimos excepcionais de fundos rotativos de cerca de Ug\$ 20 mil a Ug\$ 30 mil por membro (quer dizer, de Ug\$ 400.000 a Ug\$ 600.000 no total). Os membros realizavam individualmente outras atividades, como o pequeno comércio, para complementar a renda familiar.

Produção agrícola

Quando a maior parte das PID vivia nos acampamentos, elas só podiam acessar as terras próximas e a produção agrícola estava limitada a pequenas parcelas. Cultivavam-se muitas verduras e vários grãos locais (amendoim, gergelim, milheto e feijões) para o autoconsumo das famílias, visando complementar a ajuda alimentar. Como a terra era um fator limitante e as PID dos acampamentos tinham muito pouco espaço disponível, foram ensinados às pessoas outros métodos de cultivo que não necessitam de muita área, como a produção de verduras em sacos ou em canos, e o cultivo nas bordas de poços.

Aos grupos-alvo eram distribuídos os insumos necessários, como sementes melhoradas e ferramentas. A capacitação era proporcionada de acordo com a temporada agrícola, de modo que tudo o que se aprendia podia ser posto imediatamente em prática, contribuindo para que a informação não fosse difícil de processar, já que a maioria dos participantes era formada por analfabetos.

Durante o longuíssimo – e ainda em andamento – processo de retorno, que, em geral, melhora o acesso a terras, as pessoas começaram pouco a pouco a ampliar suas áreas cultivadas. Inicialmente, predominavam nos campos os cultivos de espécies oleaginosas, já que os excedentes podiam ser vendidos por um preço razoável.

Graças à distribuição de sementes por parte de outras organizações, gradualmente foram introduzidas outras variedades de cultivos e maior disponibilidade de sementes.

Isso levou a uma mudança no enfoque – da distribuição direta de sementes às feiras de sementes, onde os membros da comunidade podem vender suas sementes excedentes e gerar renda, enquanto que outros podem diversificar e aumentar sua reserva de sementes.

Estes ganhos permitem que o grupo-alvo comece a investir no empreendimento agrícola, como, por exemplo, comprando ferramentas quando as distribuídas inicialmente se desgastarem.

Atividades geradoras de renda

Como a maior parte das pessoas tinha apenas acesso à terra, o programa buscou alternativas para diversificar suas dietas e incrementar sua renda mediante o desenvolvimento econômico de empresas localizadas no acampamento. Isso reduziu o alcance das intervenções, porém permitiu às PID ganhar um pouco de dinheiro adicional para comprar alimentos e atender outras necessidades básicas. A maior parte do apoio é dada a grupos envolvidos no pequeno comércio e a grupos de criadores de pequenos animais, como cabras.

Além de seu empreendimento principal, muitos grupos operam um fundo rotativo que, em alguns casos, é apoiado pelo programa. Aqui também as habilidades e a capacitação em negócios, assim como a provisão de insumos, são consideradas de suma importância.

O monitoramento de perto o acompanhamento e o respaldo técnico oferece aos grupos a oportunidade real de gerar alguma renda extra.

Quando as pessoas começaram a voltar para cada vez mais perto de seus locais de origem, encontraram mais oportunidades para gerar renda.

Empresas agrícolas com poder de contratação se converteram em uma verdadeira opção, pois, em sua busca por reduzir riscos, se diversificaram, resultando no surgimento de uma variedade de atividades geradoras de renda, como serviços de transporte, padarias, apicultura, restaurantes e moendas.

O aumento da produção agrícola de cultivos comerciais se converteu em atividade relevante para gerar renda e proporcionou mais dinheiro à mão para comprar alimentos básicos e atender outras necessidades domésticas.

Uso do solo e níveis de produção em Acholiland

As PID e os retornantes que se beneficiam do programa tornam-se capazes de obter, gradualmente, mais terra para a produção.

Na segunda temporada de 2006, a área média usada por família era de 0,7 hectare, passando para 1,4 hectare nas temporadas chuvosas de 2007.

Não se espera que o uso do solo por família aumente muito mais, pois a mão-de-obra não seria suficiente para cultivar mais terras.

Por outro lado, quem não se beneficiou do programa durante a primeira temporada chuvosa, utiliza em média 0,6 hectares (LUCYA,

FAO/PMA, 2008). Junto ao incremento no uso do solo, os níveis de produção também aumentaram, como se pode ver na tabela abaixo.

Os cultivos de oleaginosos estão entre as colheitas mais importantes em Acholiland. Eles são usados para o autoconsumo (principalmente na forma de massa) e para venda.

Outros cultivos frequentes são: amendoim, milheto, sorgo, feijões e ervilha.

Cultivo (variedades melhoradas)	Produção em 2006-II (kg/moradia)	Produção em 2007-l (kg/moradia)
Amendoim	803	1,214
Ajonjolí (1)	255	116
Mijo ⁽¹⁾	181	35
Feijões	32	394
Total	1,271	1,759

¹ O ajonjolí e o mijo são cultivos de segunda temporada

Conservação ambiental

Inicialmente, as PID dependiam unicamente da área próxima ao campo para a provisão de madeira para construção, palha para os tetos das casas e lenha. Isso resultou na depredação dos recursos naturais dos terrenos pertencentes às comunidades anfitriãs. Os solos empobrecidos geram uma menor produção agrícola, afetando, portanto, a segurança alimentar. Isso também significou que as mulheres tinham que percorrer distâncias cada vez mais longas e passar mais tempo recolhendo lenha para cozinhar.

Para enfrentar o problema, o programa incorporou fogões de alta qualidade que economizam energia, feitos de materiais disponíveis localmente. No programa, foram treinados capacitadores e fornecidos *kits* de construção que incluíam moldes para facilitar a produção desses fogões mais eficientes.

As mulheres que utilizavam esses fogões tiveram que aprender a colocar a quantidade adequada de lenha para evitar queimar a comida.

Quando começou o processo de retorno, ficou evidente que a depredação dos recursos naturais se converteria também em tema importante nos novos espaços de trânsito. Muitas pessoas necessitariam de material de construção. Como os retornantes se assentariam nesses locais durante um tempo relativamente curto, era previsível que não se preocupassem com as suas condições ambientais provisórias.

Para mitigar esse processo, o programa decidiu acrescentar um componente agroflorestal, pelo qual seriam criados viveiros comunitários de produção de mudas arbóreas. As variedades de árvores serviram para diferentes necessidades da comunidade (fornecimento de madeira para construção, lenha, frutas, etc.). Dependendo do contexto local, as árvores estão sendo plantadas formando aleias entre as plantações.

Lições aprendidas

Desde o princípio, o programa focou no potencial de retorno das pessoas deslocadas, razão pela qual foram desenvolvidas várias intervenções convenientes e relevantes para as diversas fases do deslocamento. Assim, a maior parte das habilidades aprendidas nos três componentes do programa pode ser usada desde a fase de ajuda até as fases de recuperação e desenvolvimento. Por exemplo, as práticas agronômicas melhoradas, bem como a construção e o uso dos fogões e fornos que economizam energia, agora também podem ser vistos nas zonas de retorno, onde nunca houve apoio direto do programa.

Devido à grande escala do conflito, que provocou o deslocamento de praticamente toda a população, as categorias de vulnerabilidade foram os principais critérios para a seleção dos grupos-alvo. Por conseguinte, muitas mulheres foram consideradas como beneficiárias diretas de várias intervenções, o que as empoderou enormemente. Porém os homens frequentemente foram deixados de lado, criando novos papéis de gênero diferentes dos que existiam antes do acampamento. No retorno, espera-se que os homens assumam seus papéis tradicionais - algo que eles não faziam já havia muitos anos. Ao mudar seu enfoque de categorias de "vulnerabilidades" para "necessidades", o programa se tornará mais sensível à dimensão do gênero.

Desde que o processo de retorno começou em Acholiland, onde a agricultura e as atividades com ela relacionadas são a coluna vertebral da economia, os problemas da terra se tornaram mais evidentes. Agora são comuns as disputas envolvendo os limites e a propriedade dos terrenos, enquanto que a falta de terras ficou mais visível, principalmente para as pessoas altamente vulneráveis. Isto afeta até certo ponto os meios de sustento, e tem um efeito negativo no

processo de retorno. Atualmente, programas de assistência legal estão apoiando as pessoas afetadas.

Além do conflito prolongado, o norte de Uganda também está experimentando os efeitos da mudança climática, pois os padrões de chuvas se alteraram drasticamente durante os últimos anos. Antes havia duas temporadas chuvosas, porém agora parece existir apenas uma temporada chuvosa longa, com alguns períodos secos. Para permitir que os agricultores se tornem mais resistentes a estes tipos de mudança, e, portanto, prevenir novos deslocamentos, está sendo introduzido o conceito de redução de risco de desastre com base na comunidade.

Enquanto que a CNR lançava um programa-piloto relativamente grande, a Stichting Vluchteling apoiou duas ONGs locais que planejavam uma intervenção agrícola similar no mesmo período. Parecia que, para as ONGs locais, seria difícil melhorar a consciência sobre os novos métodos agrícolas para aumentar a produção. Porém, as organizações tenderam a introduzir as inovações sobre a base de práticas que já eram conhecidas nas comunidades.

Embora o processo de retorno já se encontre em andamento no norte de Uganda, é preciso considerar que lá também ainda estão presentes as diversas outras fases dos deslocamentos. Essa complexa situação requer flexibilidade e inovação.

Para vencer alguns desses desafios, o CNR está criando um sistema que, além de apoiar diretamente as PID e os retornantes, também irá colaborar mais as com autoridades e organizações locais para fortalecer as suas capacidades, de modo a assegurar a continuidade das intervenções depois que o CNR se retirar.

Referências

- Christoplos, Christopher, Catherine Longley and Tom Slaymaker (2004).
 The changing roles of agricultural rehabilitation: linking relief, development and support to rural livelihoods. Overseas Development Institute, Humanitarian Policy Group.
- Elmekki, Abdel-Galil (1999). Food crises: their roots in a country's political and developmental crises. In: Mohamed Suliman: Ecology, politics & violent conflict. London: Zed Books.
- IASC (Uganda), population movement figures, August 2008

Melhorando a segurança alimentar nos acampamentos de refugiados na Etiópia

Mulugeta WTsadik, UNHCR WTSADIK@unhcr.org

A região somali está localizada na parte leste da Etiópia. Sua capital, Jijiga, está localizada a 635 quilômetros da capital etíope, Adis Abeba. Nessa região atualmente existem três acampamentos de refugiados: Kebribeyah, Awberie e Sheder, que juntos acolhem aproximadamente 28.500 pessoas. Para possibilitar que os refugiados complementassem suas rações básicas de alimentos, o ACNUR e seus sócios iniciaram diversos projetos de horticultura. Os resultados ajudaram na decisão do ACNUR de adotar um enfoque mais formal para a horticultura em acampamentos de refugiados.

O fluxo de refugiados que chega aos acampamentos não cessa, com uma média de 1.000 pessoas chegando a cada mês e aproximadamente umas 16.000 pessoas em busca de asilo que aguardam um lugar no recém aberto acampamento Sheder. A maior parte dos refugiados nessa região provém da Somália, Sudão e Eritreia. Até setembro de 2008, o número total de refugiados recebidos na Etiópia era de aproximadamente 77.000 pessoas.

A maior parte dos refugiados somalis chegou em 1991, quando os chefes militares derrubaram o ditador Mohamed Siad Barre, que havia estado no poder durante 21 anos. A Somália se converteu em um caos.

Outra onda chegou em 1994, depois que começou a guerra entre as facções do noroeste da Somália. Inicialmente os refugiados foram colocados em oito acampamentos, porém sete deles foram fechados depois da repatriação voluntária de 2005.

Somente o de Kebribeyah permaneceu aberto, até que foram abertos outros dois campos na região (Teferiber em 2007 e Sheder em 2008), devido ao crescente conflito entre o governo de transição da Somália e os chefes militares, que continua até o dia de hoje.

A maior parte dos refugiados sudaneses chegou à Etiópia em 1991 e 1992, a partir do sul do Sudão, depois do início da guerra civil e foram localizados em cinco acampamentos na parte ocidental do país.

Os refugiados da Eritreia cruzaram inicialmente a fronteira etíope pouco depois do conflito etíope—eritreio, em maio de 2000, e desde junho de 2004 têm sido relocalizados na zona ocidental da região Tigray.

Muitos dos grupos étnicos entre os refugiados ugandeses e eritreios são formados por agricultores e pastores.

Segurança alimentar

O ACNUR e o PMA identificaram um conjunto de temas preocupantes vinculados à segurança alimentar nos acampamentos de refugiados na Etiópia. Primeiramente, os refugiados não obtinham alimentos nutricionalmente adequados.

O ACNUR e seus sócios

O objetivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados é assegurar uma proteção eficaz e ajuda de qualidade a refugiados e pessoas em risco, e implementar soluções duradouras de maneira consistente e ao redor do mundo. O ACNUR é o principal agente de financiamento na Etiópia, e seus sócios internacionais são o PMA, o ZOA e a Federação Mundial Luterana IRC (LWF na sua sigla em inglês). O Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) coordena a provisão de alimentos (uma ração básica) para os refugiados, assim como rações complementares para o programa de alimentação seletiva e o programa de alimentação escolar dos acampamentos.

A ONG ZOA trabalha ativamente com refugiados somalis e PID em diversos temas, como a proteção do ambiente, o desenvolvimento de capacidades e habilidades profissionais, geração de renda, a horticultura em quintais traseiros e atividades de desenvolvimento hídrico.

Os principais sócios nacionais da ACNUR na Etiópia são institutos como ARAR, a Administração para Refugiados e Assuntos de Retornantes (o órgão governamental executor), ONGs locais como a Salvando a Sociedade Rural (SSR), focada na proteção do ambiente, e a Organização de Desenvolvimento da Mãe e da Criança (MCDO na sua sigla em inglês).

Quase 90% dos refugiados já estão vivendo há mais de 15 anos na Etiópia, dependendo totalmente da ajuda alimentar, o que significa que têm recebido os mesmos tipos de produtos alimentícios durante todo este tempo: cereais (trigo e/ou milho), óleo vegetal, sal e açúcar (que juntos somam um total de 1750 a 2100 kcals/dia/pessoa).

Em segundo lugar, a diversidade da dieta é muito pobre, devido à carência de alimentos frescos e baratos (que são também escassos na região).

O ACNUR não é capaz de fornecer verduras frescas para os moradores dos acampamentos de refugiados, enquanto que, ao mesmo tempo, a atual política do governo, com relação à posse da terra, não permite que os refugiados usem áreas fora do acampamento para cultivos.

A terceira preocupação focava nas crianças e mulheres grávidas, por sua maior vulnerabilidade, confirmada pelas altas taxas de anemia elas, inclusive entre as mulheres em idade fértil.

Ainda que essas taxas tenham sido reduzidas de 35 - 67% em 2007 para 34 – 38% em 2008, ainda são demasiado altas e uma preocupação de saúde pública.

Com base nessas constatações, em agosto de 2007 o PMA começou a fornecer uma ração de alimentos mais diversificada, incluindo legumes e misturas fortificadas de soja e milho (CSB, na sigla em inglês). O ACNUR decidiu proporcionar creme de amendoim (50g), massa de tomate (70g) e lentilhas (50g) às mulheres grávidas e às crianças entre 6 e 24 meses de idade. Além disso, para permitir que os refugiados complementassem suas rações básicas de alimentos e desestimular a venda de parte de suas rações (para gerar renda, em parte usada para comprar verduras), o ACNUR iniciou vários projetos de horticultura.

Produção de alimentos e horticultura

A horticultura doméstica constitui uma estratégia econômica e sustentável para aumentar a segurança alimentar das famílias. A horticultura melhora o acesso direto aos alimentos, e – quando não depende demasiadamente de insumos importados e custosos – aumenta a independência das famílias. As áreas cultivadas com verduras em combinação com a criação de gado fornecem alimentos complementares com altos valores nutritivos, incluindo proteínas e vitaminas que são especialmente importantes para os grupos vulneráveis (crianças desnutridas, mulheres grávidas e lactantes, e pessoas enfermas). Assim, os produtos excedentes podem ser facilmente comercializados na localidade. As atividades propostas no projeto podem ser executadas por mulheres e são uma atividade aceitável para as famílias chefiadas por mulheres. A horticultura cria maiores oportunidades de autoemprego e promove o empoderamento das mulheres.

Os seguintes critérios são importantes nos projetos de horticultura iniciados pelo ACNUR e seus sócios:

- É de se esperar que os refugiados e PIDs não serão repatriados no próximo ano (ou seja, espera-se que o número de refugiados nos acampamentos ainda aumente).
- Supõe-se que a segurança não irá se deteriorar consideravelmente, e que as condições de mercado continuarão mais ou menos estáveis.
- Existe um interesse, nos acampamentos, pela horticultura em quintais e na criação de aves confinadas, e é possível contar com o compromisso e a cooperação da comunidade e das agências de implementação.

No Estado Regional Somalí, o projeto de horticultura iniciado por ZOA, ACNUR e ARAR está focado nos acampamentos de Shimelba, Aw Bare, Kebribeyah e seus arredores imediatos. Mesmo antes de o projeto começar, alguns refugiados de Kebribeyah e Aw Bare já haviam começado a praticar a horticultura de quintal com os limitados recursos disponíveis (a maior parte destes horticultores é formada por mulheres, porém é difícil conhecer os números exatos). No acampamento de Kebribeyah, a maior parte dos refugiados tem suficiente espaço em seus quintais para o cultivo, e a terra é relativamente fértil. Em Aw Bare, cada família de refugiados tem cerca de 70m² de terra disponível, um pouco pedregosa porém com suficiente solo fértil.

Os grupos-alvo primários do projeto são as famílias com mais de três crianças menores de cinco anos; as com mulheres ou crianças sofrendo de anemia severa; as com crianças com desnutrição severa; as com integrantes afetados pela AIDS/HIV ou por alguma deficiência, as com idosos e as de origem agrícola.

A prioridade é dada para as pessoas que cumprem esses critérios e que estão bem motivadas. No total, há 400 famílias beneficiárias (200 por acampamento) que já começaram a praticar a horticultura de quintal e a criação de aves confinadas.

O ACNUR e a ZOA apoiam uma seleção de refugiados através da capacitação e da provisão de insumos (sementes, instrumentos agrícolas e lonas de plástico para a coleta de água).

As verduras mais cultivadas pelas comunidades de refugiados são a couve, o espinafre, o kimbombó, a pimenta, o tomate, a cebola, o guisante e o sorgo. Também são produzidos pequenos animais, como aves confinadas.

Não é permitido aos refugiados utilizarem terrenos fora dos acampamentos. A escassez de água também é um grande problema na maior parte deles. A maioria dos refugiados não tem acesso a insumos de produção como sementes, ferramentas agrícolas e capital inicial. Muitas vezes carecem das habilidades para empreender práticas agrícolas em seus quintais e a criação de animais.

Com base nas atividades hortícolas atualmente em curso nos acampamentos de refugiados da Etiópia, a ACNUR verificou que existe necessidade de pôr maior ênfase na:

- Capacitação em práticas de horticultura de quintal, produção de aves confinadas, nutrição e preparação de alimentos, e na geração de rendimentos;
- Provisão de sementes, plantio de árvores frutíferas e criação de raças selecionadas de aves confinadas que estejam adaptadas ao clima e aos solos;
- Promoção de tecnologias apropriadas de coleta de água e de preparação e uso de composto;
- Identificação e seleção de atividades viáveis para a geração de renda.

A agricultura em acampamentos de refugiados também se vê dificultada por outros fatores:

- 1. a maior parte das famílias carece de capital para o investimento;
- o maior desejo de muitos refugiados é voltar logo para seus locais de origem, embora revelem um desejo igualmente intenso por começar suas atividades agrícolas;
- 3. muitas mulheres não estão autorizadas a realizar trabalhos pesados; e
- 4. há uma carência de compromisso do governo local e da comunidade anfitriã para fornecer suporte aos refugiados estrangeiros.

Tecnologias promissoras

As hortas de pisos múltiplos (HPM) são ideais para áreas com limitações de terreno, baixa qualidade do solo e reduzida disponibilidade de água como é o caso do leste da Etiópia.

Estas hortas só requerem o espaço necessário para receber os cinco sacos de farinha cheios de terra para o plantio.

O ACNUR e seus sócios pretendem proporcionar os materiais que as famílias necessitam para criar suas HPMs. A metodologia pode ser empregada facilmente em áreas pequenas a partir de 10 m². Um metro quadrado adicional de terreno é necessário para alojar dois frangos.

A introdução de HPMs será apoiada com o fortalecimento de capacidades e de tecnologias para a coleta e economia de água.

Por um enfoque mais formal da horticultura de refugiados pelo ACNUR

Comentários por Ahmed Baba Fall, "enlace Senior" do PMA e Oficial de Segurança Alimentar

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados vem apoiando a horticultura em assentamentos como parte de suas atividades de serviços comunitários desde princípios dos anos 90.

Este apoio permitiu incorporar a horticultura dentro do desenho dos acampamentos (quando possível) e fornecer sementes e ferramentas. Dependendo da fase de intervenção (emergência, ajuda ou reabilitação), da situação agroecológica local, e da atitude do governo anfitrião e dos refugiados, o ACNUR identifica o tipo de intervenção necessária.

As técnicas comumente aplicadas incluem a horticultura em quintais e de "pisos múltiplos", porém – quando áreas maiores estão disponíveis – aplicam-se também outras tecnologias, como o intercultivo, o cultivo em camalhões, etc.

As opiniões do governo local sobre essas práticas variam e, em grande medida, dependem da situação política e econômica do país anfitrião. Porém, inclusive dentro dos países, a atitude com relação à horticultura pode mudar com o tempo devido às dinâmicas internas.

Na Tanzânia, por exemplo, os refugiados que chegaram em 1972 receberam grandes parcelas de terra e treinamento em técnicas de cultivo; enquanto que os refugiados que chegaram depois de 1993 foram recebidos em acampamentos mais fechados, onde a horticultura e a integração local estavam muito mais restringidas.

Os refugiados sudaneses na Etiópia ocidental não enfrentam nenhum problema quanto ao acesso à terra agrícola; enquanto que os refugiados no leste do país têm um espaço de movimentação muito limitado. O desenvolvimento de atividades de produção de alimentos, portanto, depende muito da disponibilidade e do acesso a recursos locais como a terra.

O projeto-piloto implementado em três acampamentos de refugiados na Etiópia (descrito no início do artigo) representa o início de um

enfoque mais formal dentro do ACNUR com relação à horticultura de refugiados.

Latas que continham doações de suplementos vitamínicos são reutilizadas para plantar sementes (Foto: UNHCR) Não existe uma política específica para a horticultura, porém ela começa a fazer parte do enfoque de meios de sustento adotado pela organização. O ACNUR pretende sistematizar as experiências de horticultura, e começará a supervisionar os impactos da produção de alimentos na nutrição e identificar as necessidades de capacitação agrícola dos refugiados (algo que não era feito antes). Os resultados permitirão a réplica de projetos similares em outros lugares.

Frequentemente se diz que muitos refugiados em situações prolongadas de proteção tornam-se mais bem alimentados, porém as avaliações do ACNUR mostram que muitas vezes existem grandes carências nutritivas, e que os níveis requeridos de nutrição não costumam ser alcançados, sendo necessário suprir alimentação complementar.

O ACNUR fornece principalmente alimentos complementares ou suplementares (amendoim, tomate etc.), enquanto que o PMA satisfaz as necessidades por alimentos básicos (cereais e legumes).

Os alimentos distribuídos dependem das preferências locais e de sua disponibilidade, e muitos deles são importados quando não disponíveis na localidade – o que é muito caro. Portanto, uma mudança – na direção da produção local por parte dos próprios refugiados – se impõe como estratégia mais rentável e sustentável.

Além da adoção de um enfoque mais formal com relação à horticultura, o ACNUR planeja aumentar a consciência sobre as múltiplas vantagens da horticultura entre seus próprios gerentes de programa, assim como entre os refugiados e os governos anfitriões.

O ACNUR está convencido das vantagens da horticultura (já que pode resultar em colheitas de 12 kg de verduras por mês por moradia) - sem perder de vista os aspectos comerciais.

Um desafio especial e crescente, identificado pelo ACNUR, é garantir a segurança alimentar entre os refugiados urbanos que estão vivendo abrigados nos acampamentos. Juntos com outras agências de desenvolvimento (ONU), a ACNUR procura integrar estas pessoas em programas de desenvolvimento e pretende incorporar localmente os refugiados e retornantes (um processo que pode levar de 5 a 10 anos).

Especialmente no contexto da atual crise de alimentos, alcançar estes refugiados urbanos é uma grande preocupação. Damasco é o primeiro caso no qual são distribuídos alimentos a refugiados urbanos. Junto com o PMA, a ACNUR busca oportunidades para continuar apoiando os refugiados urbanos na consecução de sua segurança alimentar. A agricultura urbana é um importante fator neste esforço.

19 de dezembro de 2008

Promovendo a agricultura urbana após conflito em Freetown, Serra Leoa

Saidu Kanu Njala University, PMB, Freetown, Serra Leoa saidukanu@yahoo.com

Paul Tengbe

Fourah Bay College, Universidade de Serra Leoa, Freetown, Serra Leoa

Thomas R.A. Winnebah

Universidade de Njala, PMB, Freetown, Serra Leoa

Pamela Konneh

Ministério da Agricultura, Silvicultura e Segurança Alimentar, Serra Leoa

Entre 1991 e 2002, Serra Leoa experimentou um conflito civil em consequência do qual muitas pessoas internamente desalojadas fugiram para a Grande Área de Freetown (GAF). Durante e depois deste período, a agricultura urbana se converteu em uma

importante estratégia de sustento. Hoje a atividade é cada vez mais reconhecida como um mecanismo de adaptação confiável para enfrentar a escassez de alimentos e gerar emprego.



A agricultura urbana é uma estratégia apropriada para aumentar a segurança alimentar em períodos de crise (Foto: René van Veenhuizen

Serra Leoa, pequeno país situado na África Ocidental, é considerado atualmente o país mais pobre do mundo (PNUD, 2007). Apesar de seus abundantes recursos naturais e do clima favorável para a agricultura, a economia do país está em firme decadência desde o início dos anos 80. Isto pode ser atribuído a vários fatores, entre os quais se destaca a recentemente concluída guerra civil (1991-2002).

A Grande Área de Freetown - GAF cobre aproximadamente 8.100 hectares, e estima-se que cerca de um quarto da população do país (ao redor de 1 milhão de pessoas) reside em Freetown (censo de 2004).

Antes da guerra, a migração do campo para a cidade já era alta; por exemplo, a população quase quadruplicou entre 1963 e 1985. Porém nos anos noventa a vida econômica e a segurança alimentar se deterioraram rapidamente, e durante a guerra civil a agricultura ressurgiu na cidade.

As famílias rurais foram desestabilizadas e traumatizadas pelos rebeldes, causando uma migração em massa.

Mais de 2 milhões de pessoas foram desalojadas, e as principais atividades econômicas, como a agricultura, a mineração e a silvicultura, foram interrompidas. As pessoas então inundaram Freetown, aumentando a demanda por alimentos.

Depois da guerra, um número significativo de pessoas deslocadas das áreas rurais preferiu ficar morando permanentemente na cidade em busca de empregos e melhores condições de vida.

Reunião com produtores para discutir os progressos no projeto da RUAF (Foto: René van Veenhuizen)



Este incremento populacional

criou grandes pressões sobre o abastecimento de alimentos, as instalações e os serviços urbanos. A maior parte destes residentes urbanos é formada por migrantes rurais, com uma forte história agrícola. Muitos trabalhadores do setor público perderam seus empregos, e alguns de seus cônjuges entraram no setor informal, cultivando hortaliças folhosas e comercializando frutas e verduras dentro ou perto dos limites municipais de Freetown.

As mulheres e jovens deslocados se vincularam à cadeia comercial da agricultura urbana trabalhando no preparo de comida rápida. Esses fatores contribuíram para uma significativa expansão da agricultura urbana e periurbana como uma estratégia essencial para produzir um incremento vital nas reservas de alimentos.

Atenção para a agricultura urbana

Em 2002 foi lançado um programa nacional de segurança alimentar chamado "Operativo Alimentar para a Nação". O principal objetivo do programa foi aumentar consideravelmente a produção doméstica de alimentos através do estímulo a todos os sistemas possíveis de produção agrícola, incluindo referências à agricultura urbana e periurbana.

A concepção de que o desenvolvimento agrícola é um elemento crítico para o desenvolvimento econômico e o alívio da pobreza pode ser encontrada agora em todas as ações do governo, como está refletido na Revisão do Setor Agrícola (RSA, 2004) e na Estratégia de Redução da Pobreza do país (ERP, 2005).

A agricultura urbana converteu-se em uma das estratégias de sobrevivência adotadas pela população urbana de Freetown, e contribui consideravelmente para o abastecimento de alimentos na cidade.

A revisão do setor agrícola de Serra Leoa patrocinada pelo Governo, pela FAO e pelo Banco Mundial reconheceu a importância da agricultura urbana e periurbana no alívio da pobreza e na melhora da segurança alimentar.

Por conseguinte, várias organizações não governamentais locais e internacionais iniciaram programas de agricultura urbana e periurbana em Freetown.

As instituições de ensino superior também desempenharam um importante papel no aumento da consciência sobre a importância da agricultura urbana na GAF pós-conflito, incluindo-se entre os principais atores que, desde 2005, reúnem-se com regularidade no contexto do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de Freetown (PAUPF), já tendo desenvolvido um Plano Estratégico para a Cidade.

Antes do final oficial da guerra em 2002, as instituições educacionais de mais alto nível em Serra Leoa (ou seja, a Universidade de Njala e a Escola de Fourah Bay, ambas ligadas à Universidade de Serra Leoa), em colaboração com suas contrapartes internacionais e o Ministério de

Agricultura, Silvicultura e Segurança Alimentar (MAFSA), começaram a promover a agricultura urbana em Freetown para ajudar a alimentar a florescente cidade.



Os homens estão principalmente envolvidos com a colheita e a comercialização (Foto: René van Veenhuizen)

Desde 2005 o MAFSA apoia as associações de produtores urbanos e sua capacitação no âmbito do Projeto Especial de Escolas de Campo para Agricultores em Segurança Alimentar da FAO.

Dentro do marco do programa "Cidades Cultivando para o Futuro" (CCF), da Rede Internacional de Centros de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (RUAF), foi lançado em 2006 o PAUPF. O CCF-RUAF facilitou a formulação multiatoral e

participativa de políticas, e o planejamento estratégico (PMPEA) para a agricultura urbana de Accra, oferecendo apoio às autoridades da cidade no reconhecimento dos benefícios da agricultura urbana na abordagem de desafios como a pobreza urbana, a segurança alimentar e a melhora na gestão ambiental urbana.

Com o restabelecimento do Distrito Urbano de Freetown, a recém constituída equipe multiatoral da cidade trabalha para a integrar plenamente a agricultura nos projetos de desenvolvimento da cidade. A partir de 2009, a Fundação RUAF centrará suas atividades em Freetown apoiando o desenvolvimento de uma cadeia comercial e a organização de agricultores no programa "Da Semente até a Mesa".

A agricultura urbana continuará sendo apoiada através de outros dois programas financiados pelo Programa de Segurança Alimentar da União Européia, que também foram iniciados em 2009.

Em janeiro de 2008, foi lançada uma associação colaborativa financiada por DelPHE, envolvendo instituições de Serra Leoa, do Reino Unido e da Nova Zelândia, com o objetivo de contribuir para um maior entendimento da incidência, das dinâmicas e da importância da AUP para as famílias de Freetown.

Agricultura Urbana

A agricultura urbana e periurbana sempre foi praticada em Freetown como uma fonte de alimento, renda e emprego, porém só nos últimos seis anos sua importância tem crescido, já que contribui consideravelmente para o desenvolvimento econômico local de Freetown e do país em geral.

A maioria dos migrantes rurais e das pessoas internamente deslocadas (PID) que fugiram de seus locais de origem durante a guerra é formada por agricultores hábeis, que desenvolveram um ávido interesse na agricultura urbana, pois a veem como a melhor opção para assegurar o fornecimento de alimentos e obter um meio de vida sustentável.

A agricultura urbana atualmente oferece emprego em tempo integral ou parcial para mais de 1.400 pessoas (1.105 mulheres e 285 homens), incluindo tanto agricultores como intermediários. As mulheres são hortelãs tradicionais e quase sempre cuidam pessoalmente de seus cultivos. Por sua parte, os homens proporcionam o capital para investimentos e ajudam em atividades de preparação da terra, como a limpeza inicial, o preparo das camas de cultivo, a construção de canais adequados para irrigação e drenagem. Eles também colhem e comercializam a produção.

Um número significativo de agricultores urbanos homens também é contratado para executar outras atividades como serviços ou tarefas manuais. Os informes sugerem que uma parte dos rendimentos gerados por estas atividades de sustento muitas vezes é reinvestida nos cultivos ou na produção de alimentos.

Quase todos os produtores urbanos pertencem a uma associação de agricultores ou a uma organização comunitária, com exceção de quem cultiva nos quintais de suas moradias para o consumo pessoal ou familiar.

Através do estudo exploratório realizado pelo PAUPF em 2007, foi possível caracterizar melhor a agricultura urbana, identificando-se vários problemas que limitam o seu desenvolvimento.

O estudo mostrou, entre outras coisas, que a agricultura urbana está difundida por toda Freetown.

As áreas urbanas e periurbanas de Freetown estão divididas em oito zonas administrativas. Em todas elas foram identificadas atividades agrícolas, ainda que a maior parte tenha sido observada na área ocidental da cidade (Oeste I, II, e III), e na área do leste (Leste I, II, e III). As ladeiras, as encostas e os vales do terreno montanhoso caracterizam a área na qual está construída a cidade, oferecendo um ambiente propício para este tipo de prática agrícola.

Em Freetown foram verificados mais de 30 cultivos diferentes e a criação de mais de 10 espécies diferentes de animais.

Os produtos mais cultivados são couve, alface, cenoura, cebolinha, tomate, feijão, batata, espinafre, mandioca, etc.). Quase todos são produtos perecíveis, consumidos diariamente, e que não podem resistir ao transporte por longas distâncias.

No geral são colhidos e vendidos no mercado no mesmo dia. As aves confinadas e os porcos são os animais mais geralmente produzidos.

Entre as limitantes identificadas no estudo, as mais importantes são: o acesso precário a terrenos onde plantar e a insegurança quanto à sua posse; a dificuldade de acesso à água limpa para irrigação; o fornecimento insuficiente de insumos agrícolas; e o limitado serviço de extensão disponível em Freetown.

Os agricultores urbanos enfrentam feroz competição para vender seus produtos, frente às verduras e animais importados (Universidade de Cornell e NUC, 2006; Winnebah, 2007), requerendo o fortalecimento de suas capacidades em aspectos críticos da produção agrícola urbana e da comercialização de seus produtos.

Assim, o PAUPF identificou a necessidade de aumentar a consciência pública sobre a importância estratégica da agricultura urbana entre os principais atores da cidade, e a formulação ou revisão da legislação e estatutos que a regulamentam.

Esse processo foi iniciado nos últimos dois anos e seguirá com o apoio dos diferentes programas anteriormente mencionados. A maior parte destas atividades foi acordada no contexto do Plano Estratégico da Cidade de Freetown.

O Plano Estratégico da Cidade

Um dos principais produtos do PAUPF foi o Plano Estratégico Concertado de Agricultura Urbana da Cidade de Freetown para os anos 2009-2013. Segundo uma visão consensuada, foram priorizadas várias atividades com o objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana, por ser uma atividade que contribui consideravelmente para a redução da pobreza urbana, o reforço da segurança alimentar e a melhoria da gestão ambiental da cidade. Estas ações priorizadas são:

- Reuniões regulares do Foro Multiatoral, no qual participam os principais atores da agricultura urbana. Este espaço é responsável pela promoção e o desenvolvimento da agricultura urbana em Freetown.
- 2. Foi possível ter acesso a vários fundos adicionais. A União Europeia apoiará atividades agrícolas urbanas em Freetown juntamente com duas organizações não governamentais internacionais, a COOPI e a Concern Worldwide (com a RUAF), aceitas para coordenar e compartilhar as lições no âmbito do PAUPF.
- A Universidade de Njala, uma das principais instituições de formação agrícola, incorporou a agricultura urbana e periurbana em seu currículo de estudos agronômicos.
- 4. O Distrito de Freetown, responsável pela administração da cidade, implementou modalidades para a plena integração da agricultura urbana e periurbana em sua agenda de urbanismo.
- 5. O MAFSA desenvolveu políticas favoráveis à segurança alimentar que envolvem a comercialização com empresas agrícolas, o apoio aos investimentos na agricultura, e o compromisso de mais terrenos e recursos objetivando aumentar a produção agrícola. A incorporação da agricultura urbana em seu Programa de Segurança Alimentar permite que a atividade se beneficie dos fundos aplicados pelo Governo Central.

6. Na Escola de Fourah Bay estão sendo desenvolvidas pesquisas em colaboração com cientistas da Universidade de Njala e com o Ministério para promover o desenvolvimento da agricultura urbana em Freetown.

Lições aprendidas

A agricultura urbana é reconhecida como uma estratégia apropriada para aumentar a produção de alimentos durante períodos de crise. Desempenhou um importante papel na sobrevivência de muitos desalojados durante a guerra e ainda continua sendo uma estratégia de sobrevivência para muitos. Contribui consideravelmente para a segurança alimentar e cria emprego, especialmente para os jovens.

Quase 80% dos resíduos gerados em Freetown são materiais orgânicos degradáveis, que podem ser utilizados como adubo natural e composto para a produção de verduras. A aquisição de terras para a agricultura urbana, porém, é um desafio. Embora, segundo a política do governo, todos os pântanos que lhe pertencem possam ser usados para atividades agrícolas, esse uso se vê ameaçado pelo rápido desenvolvimento da cidade.

O processo multiatoral para o planejamento estratégico e o desenvolvimento de políticas para a agricultura urbana incluiu os principais atores em um diálogo democrático e uma tomada de decisões em conjunto. O desafio agora é manter a continuidade desse processo.

A agricultura urbana na Grande Freetown tem sido reconhecida como uma importante fonte de sustento para as comunidades desfavorecidas. O seu desenvolvimento foi reconhecido como uma das prioridades da agenda política, e é visto como algo fundamental para alcançar a segurança alimentar em Serra Leoa e melhorar o meio ambiente de Freetown.

Referências

- Universidad de Cornell e Universidad de Njala (2006): Food security in Freetown: the role of urbam and peri-urbam agriculture, Informe Técnico Final apresentado ao Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento, Ottawa, Canadá, (Minuta).
- Winnebah, T.R.A. (2007): Urbam agriculture: Am inventory of Greater Freetown Area (GFA), Fundação RUAF, República de Serra Leoa e IWMI, Monografia dos Estudos Exploratorios do PAUPF, Freetown, Serra Leoa, novembro.
- Winnebah, T.R.A. e Cofie, O. (2007): ""Citiescape:- Freetown: Farms after a War", em el Capitulo tres (3) de Urbam Planet: A World Watch Institute State of the World Report.

Agricultura urbana dentro e ao redor de Monróvia, Libéria

Timothy Kortu Email: vosiedafrica@hotmail.com

Desde a guerra que sacudiu a Libéria de 1989 até 2003, o país sofre de insegurança alimentar crônica, causada pela destruição do setor agrícola e da infraestrutura socioeconômica básica. A agricultura urbana proporcionou uma estratégia para ajudar a reduzir a pobreza urbana, aumentar a segurança alimentar e melhorar a gestão dos

resíduos urbanos em Monróvia e outras cidades liberianas.
Recentemente o governo reconheceu a sua importância na melhora da segurança alimentar do país.

Muitos cidadãos da Monróvia agora produzem seus próprios alimentos (Foto: VOSIED)



A agricultura sempre foi a chave para a segurança alimentar tanto nas áreas urbanas quanto rurais da Libéria. Antes do conflito, aproximadamente 80% dos liberianos dependiam do cultivo da terra como único sustento.

Depois de uma guerra civil e de décadas de regimes corruptos, a Libéria é hoje um dos países com maior insegurança alimentar no mundo, com um terço de sua população desnutrida e mais de 75% vivendo abaixo da linha da pobreza de US\$ 1 por dia.

Está listado como um dos países menos desenvolvidos, de acordo com o Informe de Desenvolvimento Humano do PNUD, que cobre vários setores incluindo emprego, renda, saúde, educação, igualdade de gênero e proteção da infância (PNUD, 2007).

A Estratégia de Redução da Pobreza da Libéria (2007) destaca a agricultura como um dos principais setores econômicos com potencial de ressuscitar a economia e criar importantes oportunidades de trabalho que poderiam ter um impacto favorável na luta contra o crescente desemprego.

A agricultura sempre foi importante nas áreas urbanas da Libéria

Monróvia

Os resultados preliminares do censo nacional de população e domicílios de 2008 revelam que mais de um terço dos 3,59 milhões de habitantes do país vive na Grande Monróvia, ainda que muitas pessoas na Libéria acreditem que a porcentagem possa estar mais perto de 40 ou 50%.

A população urbana da Libéria está crescendo rapidamente, enquanto que a economia só se recupera lentamente dos desastrosos efeitos dos 15 anos de guerra. A capital, Monróvia, aloja aproximadamente 45%

dos mais de cem mil combatentes rebeldes que foram desmobilizados na Libéria e uma enorme população de pessoas afetadas pela guerra, incluindo PIDs, repatriados e famílias rurais que migraram para a cidade a fim de escapar da pobreza.



As famílias cultivam hortaliças nos quintais e em pequenos lotes (Foto: VOSIED)

Muitos desses migrantes eram agricultores antes de chegar à Monróvia, e careciam das capacidades básicas necessárias para assegurar emprego em outros setores. O vazio educativo vivido pela maioria dos jovens liberianos corresponde a uma escassez significativa de trabalhadores qualificados necessários na maioria dos setores. Os adultos jovens não se sentem atraídos pelos baixos rendimentos gerados pela agricultura, os quais não podem competir com os salários de mão-de-obra não qualificada oferecidos, por exemplo, pela mineração. Seu *status* marginal e a ausência de perspectivas também minam a coesão social, a estabilidade e o crescimento econômico, especialmente em situações frágeis como as experimentadas na Libéria.

Segundo o Estudo de Alimentação e Nutrição da Grande Monróvia (República da Libéria, 2007), 14% das famílias sofrem de insegurança alimentar e 16% são vulneráveis á insegurança alimentar. Essa população urbana é muito vulnerável a choques econômicos, em especial a crises de alimentos.

O índice do preço ao consumidor aumentou 14% entre janeiro de 2007 e janeiro de 2008 e o custo de uma cesta típica de alimentos aumentou em 25% durante o mesmo período.

Dado que metade da renda da população urbana é gasta em alimentos (GoL, 2008), a situação das famílias urbanas mais pobres se deteriorou seriamente.

Como consequência, as famílias mais desfavorecidas se veem severamente limitadas em seu consumo de proteínas e verduras, o que ocasiona uma diminuição na diversidade alimentícia e um aumento na desnutrição, especialmente entre as crianças menores de cinco anos.

A agricultura urbana tem potencial para aliviar a insegurança alimentar urbana e apoiar a redução da pobreza, oferecendo emprego e fortalecendo capacidades, enquanto aborda, ainda, o problema da gestão de resíduos.

Muitas pessoas, incluindo os desalojados internos repatriados e as famílias rurais, migraram para Monróvia

A agricultura dentro e ao redor de Monróvia e outras cidades

A maior parte das verduras e frutas que atualmente são vendidas nos mercados e supermercados de Monróvia e de outras cidades liberianas é importada (a preços muito altos) da Guiné, Costa do Marfim, Líbano ou China. O arroz e a mandioca são os produtos alimentícios básicos na Libéria, e mais de 60% do arroz consumido na Libéria é importado (PMA, 2008). Porém, dentro e ao redor de Monróvia, as famílias estão produzindo seus próprios alimentos,

como um modo de proporcionar a seus membros uma alimentação mais fresca e nutritiva, enquanto que uma minoria vende seus produtos no mercado.



Há uma grande necessidade para aumentar a consciência da importância da agricultura urbana na Libéria (Foto: VOSIED)

Em quintais traseiros ou pequenas áreas abertas, as famílias cultivam verduras e legumes (batata-doce, couve, amaranto, quiabo, pimenta, berinjela, mandioca, amendoim e milho), frutas (manga, mamão) e plantas medicinais. Algumas casas têm acesso a duas parcelas: uma perto de casa, para a temporada chuvosa, e outra nas margens de pântanos mais distantes, para a temporada seca. Essas hortas domésticas e pequenas parcelas são cultivadas principalmente por mulheres.

Limitantes

A agricultura urbana não é nova na Libéria e há era praticada há décadas em Monróvia e noutras cidades liberianas desde antes da guerra civil de 1989, mas cresceu muito durante e depois do conflito.

Ainda que muitos monrovianos cultivem seus próprios alimentos e o governo se mostre favorável à agricultura urbana, existe pouca ou nenhuma consciência sobre sua importância entre as instituições governamentais. A agricultura urbana não tem um espaço importante dentro das agendas no nível municipal ou dentro do Ministério da Agricultura. Não existem políticas que promovam a agricultura urbana, especialmente com relação à posse da terra.

Os desafios para alcançar uma agricultura urbana sustentável na Libéria incluem limitadas habilidades gerenciais, escasso acesso a insumos (incluindo serviços financeiros e de extensão agrícola), limitadas habilidades para a comercialização e o processamento de alimentos, e a contaminação dos cultivos com patógenos (principalmente devido à irrigação com água contaminada ou práticas de comercialização anti-higiênicas).

O que se pode fazer

Para que a agricultura urbana possa realizar todo o seu potencial e contribuir para o desenvolvimento urbano sustentável, é importante que o referido potencial seja reconhecido pelas autoridades, pela Câmara da Cidade de Monróvia, pelo Ministério da Agricultura, pela Agência Nacional de Proteção do Ambiente (EPA, na sigla em inglês), pelos pesquisadores, pelas ONGs, pelas universidades e pelas principais agências de cooperação.

É preciso aumentar a consciência, entre os atores e os formuladores de políticas, da importância da agricultura urbana. Também é necessário apoiar os produtores urbanos e os pequenos varejistas. Priorizar capacitações em práticas agrícolas sustentáveis e rentáveis, desenvolver cadeias de valor e estabelecer redes de agricultores que produzam na cidade. Finalmente, as principais instituições de apoio deverão reforçar sua capacidade de fornecer assistência técnica.

Referências

- UNDP Human Development Report, 2007.
- Poverty Reduction Strategy of Liberia, 2007.
- World Food Programme, 2008: Food crisis assessment Liberia.
- Republic of Liberia, 2007.
- Greater Monrovia Food Security and Nutrition Survey (CFSNS), Monrovia, July 2007.
- Government of Liberia, June 2008. Response to Global Price Increases.

O Papel da agricultura urbana em Kirkuk, Iraque

Galawezh B. Ormizyari, Universidade de Gloucestershire, Reino Unido. Email: galawezh_bayiz@yahoo.com

Kirkuk está localizada no nordeste do Iraque, ao longo do Rio Khasa, a aproximadamente 250 quilômetros ao nordeste da capital Bagdá. Depois da queda do regime de Saddam Hussein em 2003, a tensão se elevou entre os grupos étnicos, quando milhares de pessoas internamente desalojadas (PID) retornaram a Kirkuk. A maior parte dos retornantes curdos começou a utilizar de forma ilegal os terrenos em Kirkuk para a construção de moradias e para a agricultura.

Kirkuk é o centro da indústria de petróleo iraquiano e, por isso, tem uma grande importância estratégica e econômica. Porém esta cidade

etnicamente diversificada (cuja população é predominantemente curda) foi descuidada pelo antigo governo iraquiano.

Nos anos oitenta, Kirkuk foi modernizada e redesenhada como uma base de defesa para o exército.

É preciso mais extensionistas rurais na cidade (Foto: Percy Toriro)



A população total de Kirkuk é de cerca de 839.000 habitantes e inclui aproximadamente 60 mil PIDs (SIGIR 2008). O número exato de PIDs que regressaram a Kirkuk é difícil de saber devido às sensibilidades étnicas e políticas da área e aos riscos que corre quem trabalha com questões ligadas aos PIDs (IOM 2005).

As famílias árabes que residem em Kirkuk, a ONU e as forças multinacionais estiveram contrárias a qualquer tipo de *desarabização* em Kirkuk⁽¹⁾, enquanto que as PIDs curdas não conseguiam recuperar automaticamente os seus domicílios ocupados por moradores árabes.

A tensão cresceu ainda mais quando a maioria curda apresentou suas exigências ao Governo Regional do Curdistão, em lugar de fazê-lo ao governo central de Bagdá de acordo com a Constituição iraquiana revisada.

Condições dos retornantes

Segundo a IOM (2005), o número de retornantes em Kirkuk somou 21.401. Muitos deles não puderam voltar a seus lugares de origem em Kirkuk e atualmente residem em alojamentos temporários até que seus domicílios/terras sejam desocupados pelas famílias árabes. Por exemplo, 41 famílias de PIDs curdas retornantes (que anteriormente viviam em Erbil) agora residem no bairro de Al-Feilaq, uma antiga base militar de Kirkuk.

O grupo foi alojado em alguns terrenos, porém, de acordo com informes de monitoramento de IOM (2008), recebe pouca atenção ou apoio. Essas pessoas estão vivendo em casas feitas de barro, utilizando cobertores como portas e suas instalações de saneamento são sofríveis.

Elas necessitam de assistência alimentar bem como de produtos não alimentícios (IOM 2008). Porém também as famílias turcomanas⁽³⁾ – e inclusive os PIDs árabes que regressaram a Kirkuk – não puderam voltar para as suas próprias casas. Aproximadamente 38% dos turcomanos vivem em acampamentos em condições extremas (IOM 2005).

As PIDs árabes retornantes são famílias que foram reassentadas à força durante o processo de arabização de certas áreas de Kirkuk, a fim de criar uma zona de amortecimento adjacente às áreas curdas e incrementar a presença árabe na região.

Foi verificado que estas famílias têm necessidade de água, saneamento, educação, assistência médica e proteção legal. Também expressaram a necessidade de se incluírem alimentos frescos para enriquecer as suas rações secas (IOM 2005).

A maior parte dos retornantes curdos começou a utilizar ilegalmente a terra em Kirkuk. As moradias construídas como "temporárias" não têm saneamento nem água, nem acessos dignos, e não há sistema de educação nem qualquer outro serviço necessário. Iniciativas locais começaram a distribuir legalmente terrenos aos PIDs curdos retornantes, ainda que de maneira não estruturada.

A ONU em Kirkuk até agora pouco ajudou a conciliar as tensas relações étnicas da cidade. A USAID, com a ajuda de autoridades locais e de algumas poucas organizações não governamentais internacionais, funciona em condições de segurança estritas e põe em prática programas conduzidos pela comunidade para reabilitar a cidade e satisfazer as necessidades dos retornantes e das famílias vulneráveis.

O apoio a iniciativas de geração de renda (inclusive atividades agrícolas) para as PIDs tem uma prioridade alta entre organizações não governamentais (IOM 2005). Nessa etapa de reabilitação e integração, é necessário apoiar as famílias para que possam satisfazer suas necessidades por alimentos frescos através da horticultura.

Minha família foi obrigada a deixar Kirkuk em 1988. Nós fugimos para viver em Erbil, onde alugávamos um quarto dentro de uma casa. Compartilhávamos uma horta com a família do proprietário, que era suficientemente grande para plantar ervas, espinafres e rábanos. Dependíamos das verduras e ervas dessa horta para a nossa dieta diária. Na verdade, ela era crucial para a nossa sobrevivência.

O autor

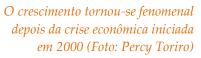
O papel da agricultura urbana na reabilitação

As PIDs retornantes não costumam se dedicar à agricultura, já que carecem de serviços como distribuição de água, um recurso escasso em Kirkuk. As famílias têm um limitado acesso à água potável e segura. O Rio Khasa, que atravessa Kirkuk, seca durante o verão e enche durante o inverno. Já não é uma fonte significativa de água potável fresca devido à falta de cuidados. A fonte principal de água são os reservatórios alimentados com água trazida de distritos vizinhos.

Hoje a agricultura é praticada informalmente só pelas comunidades de PIDs que vivem nas margens do Rio Khasa. Durante o verão, quando o sedimento do rio está úmido, essas comunidades semeiam verduras como alface, aipo, *perejil*, couve, rábano, espinafre, pepino, tomate, berinjela, abobrinha e outros produtos de crescimento rápido comuns na área.

A sandía e o melão são as frutas mais semeadas e colhidas no verão.

Elas são consumidas pelas mesmas comunidades e às vezes são comercializadas (em escala muito pequena) principalmente nos mercados locais do subúrbio de baixa renda de Rahimawa.





Algumas das famílias árabes que vivem rio abaixo (ao sul de Kirkuk) têm algumas cabras e ovelhas.

Segundo relatos informais, tanto o adubo animal como os dejetos humanos são utilizados nessas pequenas hortas informais, havendo registros de incidentes de enfermidades resultantes do consumo de seus produtos.

Por isso, os consumidores começaram a usar sal ou produtos desinfetantes para lavar e limpar as ervas e verduras que compram. Portanto é necessário intervir através de campanhas de conscientização para abordar estas preocupações de saúde pública.

Em sua maior parte, os habitantes de Kirkuk foram transformados de produtores a consumidores dentro da política de urbanização implementada durante a era de Saddam. Isto originou uma escassez de alimentos produzidos localmente, e hoje a maior parte das frutas e verduras vendidas nos mercados continua sendo importada de países vizinhos (Irã, Síria e Turquia).

Portanto, ajudar as famílias de Kirkurk a praticarem a agricultura urbana é uma opção viável para aumentar a disponibilidade de frutas e verduras na cidade.

A agricultura urbana poderia servir como uma atividade de geração de renda para os desalojados e pobres da cidade, e uma fonte importante de segurança alimentar e de sustento.

As autoridades devem começar a distribuir parcelas de terra de tamanho manejável para as PIDs retornantes, e proporcionar-lhes apoio sob a forma de ferramentas e água.

Oportunidades para o desenvolvimento da agricultura urbana

Dadas as circunstâncias, as pessoas estão tirando o maior proveito possível para a terra disponível existente na cidade. Aqueles que utilizam atualmente os terrenos públicos de Kirkuk podem se ver privados, a qualquer momento, dos espaços onde eles cultivam verduras e ervas para o seu consumo diário.

O ideal seria que o governo, apoiado por líderes comunitários, legalizasse as práticas agrícolas e ajudasse esses produtores com esquemas que promovam a gestão e a manutenção de uma agricultura urbana sadia liderada pela comunidade. Além do incremento na segurança alimentar, estar envolvido na produção de seus próprios alimentos frescos dá às pessoas uma sensação de apropriação e aumenta a sua autoestima.

Existe um grande potencial para a agricultura urbana em Kirkuk, atividade que poderia reverter a dependência atual com relação à

importação de alimentos de países vizinhos (Naqishbendi, 2008). Para alcançar o referido objetivo, são recomendadas as seguintes mudanças:

- o governo central deveria entregar as rendas produzidas pelo petróleo de Kirkuk à cidade, e colaborar com os conselhos locais.
- o governo regional curdo e o governo central iraquiano deveriam ajudar as famílias retornantes oferecendo-lhes proteção, acesso legal a terras (por exemplo, terrenos de uso comunitário para a produção agrícola), água, saneamento e serviços de saúde e assistência social, além de lhes proporcionar ferramentas básicas e sementes.
- as práticas existentes de agricultura urbana ao redor do Rio Khasa deveriam ser apoiadas e melhoradas, facilitadas por organizações internacionais, como a ACDI/VOCA e a IOM. A ACDI/VOCA é financiada pela USAID e já se encontra implementando programas comunitários em Kirkuk. As ONGs locais deveriam ser envolvidas e suas capacidades fortalecidas.
- o rio deveria ser manejado adequadamente para garantir uma irrigação segura.
- as comunidades locais e os retornantes deveriam estar envolvidos ativamente nesses projetos de grande escala para a agricultura, a água e o saneamento. É preciso que sua participação assegure uma solução sustentável e a longo prazo que contribua para superar a estagnação da economia de Kirkuk.

Notas

- 1) Durante os anos 80, foi pago aos árabes do centro do Iraque o equivalente a US\$10.000 para que vivessem em Kirkuk, em um processo chamado *arabização*.
- 2) os turcomanos são um grupo étnico turco que vive no norte do Iraque.

Referências

- IOM, 2005. Phase II Monitoring. Tameem/Kirkuk October-December 2005 report. IOM Em: http://www.iom-Iraque.net
- IOM Emergency Needs Assessments Post February 2006 Displacement in Iraque.
 Noviembre 2008 Informe Mensual. Em: http://www.iom-Iraque.net
- Iraque Directory, 2004. 3.5 billion Iraquei dinars to develop Al- Khasa River in Kirkuk, Business News, Iraque Directory. Em: www.Iraquedirectory.com
- KBC, 2005. About Kirkuk. A Kirkuk Business Centre publication. Em: http://kbcIraque.org
- Naqishbendi, R., 2008. Agriculture: The Undermined and Mismanaged Sector of curdistan's Economy. Em: http://www.kurdmedia.com
- Poole, O., 2008. The Struggle for Kirkuk, Iraquei Crisis Report, Institute for War & Peace Reporting (3-Mar-08). Em: http://www.iwpr.net
- SIGIR, 2008. Quarterly Report to the United States Congress. Special Inspector General for Iraque Reconstruction publication. Em: http://www.sigir.mil

Um informe a partir de Nova Orleans: Cultivando alimentos em uma cidade em recuperação

Martin Bailkey, Co-coordenador de MetroAgricultura: the Alliance for Urban Agriculture bailkey@sbcglobal.net

Mais de quatro anos se passaram desde que o furação Katrina inundou 80% de Nova Orleans, em agosto de 2005. Embora a população da região metropolitana esteja perto do total que ali vivia

antes do Katrina, a população da cidade de Nova Orleans está reduzida a aproximadamente 70% de seu antigo nível. Bairro como Hollygrove, Gentilly, e especialmente o Nono Distrito Baixo, ainda se encontram longe de sua antiga vitalidade.



Os que retornaram ao antigo

ritmo de vida estão preparando o caminho para que outros os sigam. Com os grandes projetos de reconstrução financiados pelo governo começando muito lentamente, a restauração física de Nova Orleans está sendo liderada pelos esforços de muitas organizações não governamentais.

Nesse contexto de ativismo de base, os promotores da agricultura urbana perceberam a oportunidade para criar uma cidade mais sadia e melhor alimentada. A Rede de Alimentos e Granjas de Nova Orleans (NOFFN por sua sigla em inglês), uma pequena organização criada antes do Katrina, converteu-se em um ator da agricultura urbana particularmente proeminente, com projetos ao longo da cidade.

Em um bairro que esteve sob dois metros de água, a NOFFN associouse à Corporação Carrollton de Desenvolvimento para a Comunidade de Hollygrove para desenvolver o que, no futuro, será o Mercado e Granja de Produtores de Hollygrove.

área de 0,5 ha pertence a um antigo viveiro comercial e logo reunirá estufas, áreas de compostagem e pequenas áreas de cultivo onde serão treinados agricultores urbanos microempreendedores.

Também haverá uma barraca de "Comestíveis Verdes", onde os alimentos serão vendidos aos vizinhos, restaurantes e lugares próximos a Hollygrove.

A universidade de Tulane e a Universidade Estadual de Luisiana também estão associadas ao projeto, um exemplo de como os estudantes e o pessoal das universidades da área estão envolvidos em projetos de renovação ao longo de Nova Orleans.

Na região leste de Nova Orleans, a Corporação de Desenvolvimento Comunitário MQVN⁽¹⁾ está criando as bases para um ambicioso projeto de granjas e mercados em uma ativa comunidade de refugiados vietnamitas de Nova Orleans.

Os vietnamitas estiveram entre os primeiros a retornar à cidade após o Katrina, restabelecendo rapidamente um sistema autosuficiente de agricultura urbana baseada na produção de frutas e verduras tradicionais em zonas residenciais e ao longo dos diques de proteção.

Para estimular o desenvolvimento econômico ao redor da produção de alimentos, a Granja Urbana da Villa Viet transformará 11 hectares de terras subutilizadas na periferia da comunidade em pequenas parcelas, estruturas para alojar mercados semanais e festivais especiais, áreas para a agricultura comercial, e uma granja de gado.

O Nono Distrito Baixo sofreu uma enorme devastação em 2005, e quatro anos depois permanece em grande parte vazio. As propostas de planejamento urbano para deixar seus terrenos sujeitos à inundação como áreas verdes e abertas têm sido ignoradas em favor de restaurar no bairro o mesmo ambiente de concreto que predominava antes.

Os promotores da agricultura urbana estão trabalhando para integrar a produção de alimentos em um contexto de renovação física e social. Sob os auspícios da organização de base, lowernine.org, a Coalizão de Agricultura Urbana do Nono Distrito Baixo está adotando um enfoque de produção baseado na comunidade, unindo horticultores individuais que cultivam quintais traseiros em uma unidade de trabalho, e criando uma operação agrícola apoiada pela comunidade ao longo de várias parcelas vazias dispersas, vez de se concentrar em um único espaço de granja.

Apesar dos esforços positivos, a agricultura urbana ainda não foi reconhecida como um mecanismo vital e necessário para a recuperação de Nova Orleans.

Esta situação especial não chegou a produzir uma opinião melhor sobre a importância da agricultura urbana na cidade, comparada com a Nova Orleans pré-Katrina – onde existiam projetos de AU e hortas comunitárias, porém não em um grau tão significativo como em outras cidades estadounidenses.

Nos dias de crise no outono de 2005, os esforços para restaurar o sistema de alimentos se concentraram em reabrir as barracas de comestíveis existentes, e não no estabelecimento de áreas de emergência para a produção de alimentos.

Para isso colaboraram muito as preocupações sobre a contaminação dos solos nas áreas inundadas, que logo resultaram em esforços de biorremediação.

O que a agricultura urbana realmente representa é a resiliência de muitos habitantes de Nova Orleans – exibida na velocidade com que os vietnamitas restabeleceram suas hortas e na expansão do papel desempenhado pela AU ao longo da Granja da Villa Viet.

Do mesmo modo, quem retornou a Hollygrove e ao Nono Distrito Baixo está aproveitando a oportunidade para empregar a agricultura urbana no esforço coletivo de criar uma Nova Orleans ainda melhor.

Nota

(1) Acrônimo de "Mary, Queen of Vietnam."

O impacto da crise econômica sobre a agricultura urbana de Harare

Percy Toriro ptoriro@yahoo.co.uk

Harare é a capital do Zimbábue. Com aproximadamente 2,5 milhões

de habitantes, em Harare reside quase a metade de toda a população urbana do país. As recentes dificuldades econômicas conduziram a um impressionante crescimento da agricultura urbana nessa e noutras cidades do Zimbábue.





O crescimento espacial da cidade de Harare tem sido, em grande parte, lateral, engolindo grande parte dos terrenos agrícolas que rodeiam a cidade (Toriro, 2007). A economia de Harare, como a do resto do Zimbábue, está baseada no campo. A agricultura move a economia provendo os insumos que são processados nas indústrias. Muitas das indústrias manufatureiras produzem maquinário para a agricultura.

Durante a década passada, a economia do país esteve em retração, atribuída a diversos fatores que incluem uma má gestão econômica por parte do governo, a interrupção da agricultura comercial (resultado de um programa açodado de reforma agrária), secas sucessivas e sanções econômicas impostas aos chefes do Estado por entidades financeiras internacionais.

A agricultura urbana como resposta à crise econômica

Ainda que nos últimos quinze anos tenha se tornado mais visível (Toriro, 2005), a agricultura urbana sempre esteve presente em Harare. Este aumento recente começou nos anos 90 quando o Programa Econômico de Ajuste Estrutural do governo (PEAE) abriu a economia à competição global, gerando o fechamento massivo de indústrias locais. Muitos trabalhadores de fábricas e de outros setores viram seus salários reduzidos e adotaram a agricultura urbana como um meio de prover alimentos a suas famílias. Inclusive, algumas pessoas com um acesso maior e mais seguro a terra, utilizaram a agricultura urbana como uma nova forma de emprego para si mesmos e para uma ou duas pessoas adicionais.

Vários estudos (p.ex. Chaipa, 2001) indicaram que o total de terra cultivada em Harare aumentou em mais de 90% no início dos anos noventa.

Este crescimento tornou-se mais impressionante depois do descalabro econômico que se seguiu às eleições gerais do ano 2000 e às eleições presidenciais de 2002. Muitos países do Ocidente repudiaram os resultados das eleições, por considerá-las nem livres nem justas. Foram então impostas sanções ao país, ocasionando a redução dos investimentos estrangeiros.

As divisas estrangeiras tornaram-se cada vez mais escassas, tornando impossível importar peças de reposição para as indústrias e outras necessidades básicas. Novamente muitas indústrias reduziram seu tamanho ou fecharam. Milhares de trabalhadores se viram desempregados ou subempregados. Muitas dessas pessoas recorreram à agricultura para poder cultivar seus próprios alimentos e alimentar suas famílias.

A cidade hoje cobre cerca de 1.000 quilômetros quadrados, e estima-se que cerca de metade dessa área, que antes era formada por espaços abertos, terrenos em desuso, ou reservados para outros usos, atualmente está sendo usada para a agricultura. Durante o verão (a temporada chuvosa), os principais produtos cultivados nessas áreas são alimentos básicos (predominantemente milho e feijão). Menos de 20% dessas terras são usadas durante todo o ano devido ao acesso escasso à água na época mais seca. Cerca de 40% dos agricultores produzem cereais suficientes para cobrir o consumo de meio ano, e poucos deles (menos de 10%) vendem milho no mercado.

O perfil dos produtores

O perfil dos agricultores urbanos de Harare tem mudado com o tempo, em consequência do colapso econômico. No passado eram principalmente os cidadãos mais pobres que usavam os espaços abertos (fora de seus lotes) para cultivar alimentos, porém agora existe uma árdua competição entre pessoas de todas as categorias econômicas. As pessoas com maiores rendimentos, que poderiam comprar seus próprios alimentos, até talvez uns cinco anos atrás, agora veem sua renda se erodir por causa da inflação, e já não podem comprar todos os produtos de que necessitam. Precisam então recorrer à agricultura urbana para complementar suas dietas e seus rendimentos. Agora é comum ver famílias de bairros residenciais de renda mais alta cultivando áreas que costumavam ser trabalhadas por seus empregados e por residentes de áreas de renda mais baixa.

A pressão sobre a terra

A maior parte dos agricultores que cultivam nos espaços abertos da cidade adquiriu a terra com base no costume da "primeira reclamação"; que significa ser o primeiro a encontrar uma terra vazia e começar a usá-la, tornando-se seu "dono" de fato. Porém, esses agricultores não têm garantida a posse dessas áreas, pois os seus donos legais (entidades públicas ou

privadas) podem decidir usá-las a qualquer momento. Esses conflitos agora são comuns devido à enorme demanda sobre as terras remanescentes.

Reconhecimento e apoio

Por outro lado, cada vez mais o governo reconhece e apóia a crescente participação popular na agricultura urbana. O Governador da Região Metropolitana de Harare (uma região em grande parte urbanizada que inclui a Grande Harare e as cidades satélites de Ruwa e Chitungwiza), David Karimanzira, tem apoiado ativamente a agricultura urbana desde que foi designado para o cargo, há três anos, tendo liderado a demarcação e distribuição de lotes de um hectare para os agricultores urbanos locais. Também facilitou o apoio do governo na forma de insumos para os agricultores, e apoiou iniciativas de capacitação como escolas de campo para agricultores e dias de demonstração pública, quando os agricultores expõem seus produtos e trocam informações. O Governador também tem aparecido na mídia com regularidade falando sobre a agricultura urbana (The Herald, 2008).

A crise econômica, juntamente com a aceitação da agricultura como uma estratégia alternativa de sustento nas cidades, também animou as autoridades locais a serem mais compreensivas com a atividade. Antes do ano 2000, algumas autoridades locais destruíam os "cultivos ilegais" identificados na cidade, mais especificamente nas áreas onde os agricultores não haviam sido oficialmente localizados.

Porém desde então não há mais nenhum relato de plantios sendo destruídos na região de Harare.



O crescimento tornou-se fenomenal após a crise econômica iniciada em 2000 (Foto: Percy Toriro)

Muitas outras organizações também começaram a reconhecer a agricultura como uma atividade econômica viável para a sobrevivência em áreas urbanas. Em Harare, o trabalho da Fundação RUAF, através da Sociedade de Desenvolvimento Municipal (SDM), tem sido complementado por outras organizações, como a SNV, a Visão Mundial, a Practical Action, a Mercy Corps, e a África Ambiental. Todas estas organizações colaboram nas plataformas multiatorais da cidade. Inclusive a SDM, as ONGs e autoridades locais têm solicitado ideias sobre como dirigir programas viáveis de agricultura urbana.

Há cinco anos, só existiam dois técnicos extensionistas na cidade, que inclusive não estavam seguros quanto aos seus deveres com respeito à agricultura urbana. Como resultado do enorme número de produtores urbanos em Harare (estimado agora em mais de 500.000), e da pressão exercida por parte dos atores do Fórum Multiatoral de Agricultura Urbana de Harare, a cidade conta hoje com seis escritórios de extensão e com técnicos designados para Harare e cidades satélites, numa tendência que vai chegando a outras cidades do Zimbábue.

Conclusão

A decadência econômica de Harare fez a agricultura urbana prosperar. Existe importante cooperação que articula a colaboração tanto das organizações governamentais como das não governamentais. O próximo desafio para os planejadores de Harare é incluir corretamente a agricultura em seus projetos. O exitoso programa de agricultura urbana de Bulawayo (facilitado pelo Programa "Cidades Cultivando para o Futuro" da Fundação RUAF) se converteu numa referência local de excelência para o planejamento e gestão da agricultura urbana, o que pode ajudar a sustentar o crescimento que o setor vem experimentando nos últimos anos.

Referências

- Chaipa, I. 2001. The Urbam Planning Dilemma in Harare, Zimbabwe. In: the UA Magazine. No. 4, July 2001.
- Toriro, Percy. 2005. The Urbam Land Question in Zimbabwe: Competing Land Uses in Harare, Africam Institute for Agrariam Studies, Harare
- Toriro, Percy. 2007. Town Planning in Zimbabwe: History, Challenges, and the Urbam Renewal Operation Murambatsvina and Operation Garikayi, OSSREA, Harare
- The Herald. 2008. Numerous Newspaper Reports
- Zimbabwe Government. 2002. The 2002 Census Report

Impactos do *tsunami*: desenvolvimento de uma horta caseira autóctone em Banda Aceh

A. Adam-Bradford

Universidade de Sheffield

Web: www.sheffield.ac.uk/urbanag Email: urbanag@adambradford.eu

Moustafa Osman

Humanitariam Department, Islamic Relief Worldwide and Sphere focal point for Arabic-speaking countries

Web: http://www.islamic-relief.com/ Email: moustafa.osman@irworldwide.org

Em 26 de dezembro de 2004, um grande terremoto submarino a oeste da ilha de Sumatra, Indonésia, provocou um devastador tsunami que afetou toda a região do Sudeste Asiático e chegou até as costas da África oriental. A região de Banda Aceh localizada no norte de Sumatra recebeu a pior carga do maremoto que causou danos catastróficos ao longo da costa, matando milhares de pessoas e deixando aproximadamente 400.000 pessoas sem moradia.

Latifa

Latifa e sua família sobreviveram ao desastre. Com a ajuda de seus cinco filhos e seu esposo, Latifa criou o que logo se converteria em uma próspera horta caseira muito produtiva sobre o solo estéril ao redor de seu refúgio de emergência construído pelo governo. A parcela de Latifa hoje se parece com uma horta caseira típica de seu

país, caracterizada pela concentração espacial de plantas diversas, a conservação da água e a reciclagem de nutrientes, e se converteu em um exemplo inspirador da autoajuda pós-desastre, sobretudo por que a horta foi criada sem assistência externa.

Latifa e sua microhorta intensiva (Foto: A. Adam-Bradford)



De fato, o esforço de Latifa passou em grande parte despercebido pelas ONGs de ajuda humanitária e pelas agências do governo que trabalham no assentamento de emergência, que estavam mais preocupadas com a prestação de serviços básicos e a distribuição da ajuda alimentar.

O tsunami não foi a primeira crise que Latifa e sua família suportaram. Em 2000, eles foram obrigados a se mudar de sua vila natal, Paluh, no interior, para a cidade costeira de Kajhu, devido ao conflito armado em Aceh entre as forças do governo central e os rebeldes acehsianos. Muitos dos povoados do interior foram evacuados durante esse conflito, o que contribuiu para aumentar a densidade populacional nas cidades e povoados costeiros antes do desastre. Quando o tsunami golpeou a costa, Kajhu foi totalmente destruída, e Latifa e sua família perderam sua casa e suas posses, indo então, dessa vez, para um refúgio de emergência construído pelo governo em maio de 2005, chamado Quartel Neuheun.

No assentamento do Quartel Neuheun, foram construídos 25 refúgios de madeira, cada um contendo 12 quartos familiares. Neles foram alojadas 323 famílias, somando uma população total de aproximadamente 1.500 pessoas. Com o tempo, infraestruturas básicas, como latrinas, áreas para lavar e cozinhar foram acrescentadas, ainda que as instalações do campo continuassem sendo muito básicas e precárias. Os alimentos e a água eram distribuídos aos residentes através dos programas de ajuda.

Latifa e sua família receberam um desses quartos, porém não estavam contentes em viver da distribuição de alimentos e logo começaram a trabalhar na transformação da terra pedregosa fora de seu quarto em uma exuberante horta caseira tropical. Durante os primeiros seis meses, produziram verduras e, no ano seguinte, as plantas e algumas árvores frutíferas já estavam bem estabelecidas, dando generosas colheitas. Eles utilizaram um mínimo de insumos, que incluíam adubo de vaca recolhido em uma distância de até um quilômetro ao redor, materiais descartados recicláveis (estacas de madeira, garrafas plásticas, tubos plásticos), sementes coletadas e outras obtidas no mercado local e uma pequena cerca de arame (comprado) e o mais importante: uma visão inspiradora para semear e criar uma horta caseira próspera para o benefício de sua família.

A visão e a capacidade técnica de Latifa vieram de sua paixão pela horticultura, seu autodeclarado *hobby*, e também por ter sido criada no interior. Isso assegurou que sua educação e seu sustento estivessem intrinsecamente vinculados ao manejo de recursos naturais tradicionais, criando uma horta caseira autóctone onde ninguém imaginaria.

As agências de ajuda perderam aí a oportunidade de apoiar os beneficiários no desenvolvimento em pequena escala de sistemas de produção de alimentos básicos ao redor de seus refúgios temporários. Se tivessem aplicado os "Padrões da Esfera", teriam prestado atenção à produção de alimentos e à implementação de pequenas hortas.

Estas intervenções melhoram o estado nutricional dos participantes e contribuem para uma melhora psicológica, aumentando assim o bemestar geral dos beneficiários.

Antes da visita à horta caseira de Latifa que realizamos (como parte de uma equipe da Ajuda Islâmica), os únicos visitantes haviam sido os trabalhadores japoneses de ajuda humanitária que também haviam ficado impressionados pelo pequeno oásis de Latifa no assentamento de emergência.

O engenho de Latifa foi muito além de apenas semear suas plantas em um canteiro recentemente fertilizado com composto feito de estrume recolhido, pois sua horta caseira de 3x5 metros estava extremadamente bem desenhada.

A horta reúne diferentes *microhabitats*, incluindo uma área baixa para o inhame (que se mantém úmida com a água da cozinha), uma área de compostagem para os resíduos orgânicos domésticos, um sistema de irrigação por gotejamento, e uma "coluna" cultivada, feita num tubo plástico cheio de terra com garrafas plásticas encaixadas ao longo dele.

Cada garrafa contém uma porção de composto e uma planta. A concentração espacial na horta caseira é completada por diferentes árvores frutíferas e pés de cana-de-açúcar, enquanto as folhas de cabaça que crescem na cerca de arame circundante garantem alguma proteção contra o vento. Durante o estudo da horta caseira, foram identificados 30 cultivos incluindo verduras, frutas, especiarias, plantas medicinais e ornamentais. A horta de Latifa não apenas era uma intervenção prática, mas também espiritual, conforme a tradição das hortas caseiras autóctones, que, para os acehses, não só proporcionam os alimentos, fibras e medicinas para a família mas também um lugar de embelezamento e para a reflexão e o pensamento espiritual.

Pesquisa em hortas caseiras: lista de plantas agrupadas pelo seu uso

Hortaliças			
Feijão longo	Espinafre da água	Feijão	
Cabaça	Brócolis	Feijão alado	
Kuchai	Aipo	Inhame	
Yuca			
Frutas			
Mamão papaia	Pinha	Maracujá	
Caldo			
Cana-de- açúcar	·		
Especiarias			
Pimenta verde	Gengibre	Alfavaca	

Pandanus	Gengibre gigante	Tamarindo	
Tangerina	Chile vermelho	Cítricos	
Citronela			
Plantas Medicinais			
Cúrcuma javanesa	Katu	Pecana de Bunga	
Plantas Ornamentais			
Hibisco	Buganvile	Orquídea	

Ainda que tenham sido observadas algumas hortas caseiras em outras áreas do Quartel Neuheun, entre as mais de 300 famílias apenas Latifa mantinha uma horta cultivada o ano todo, o que deixa o resto da população do acampamento continuando a depender da ajuda alimentar externa quase 2 anos depois da construção do acampamento.

A horta caseira de Latifa proporcionou um exemplo maravilhoso e inspirador (tornou-se uma área demonstrativa), elaborado com alguns insumos básicos, muita motivação e visão. Facilitar a replicação deste tipo de iniciativa de segurança alimentar, simples porém muito eficaz, deveria fazer parte das estratégias das organizações de ajuda.

Plantas tradicionais da Indonésia (Foto: A. Adam-Bradford)

Latifa tinha as habilidades, a experiência e os conhecimentos ideais para demonstrar as vantagens da horticultura caseira a outros residentes do acampamento. Ela era, portanto, uma facilitadora ideal no nível da comunidade, que deveria ter



sido apoiada por uma ONG de ajuda humanitária. A combinação da experiência e do conhecimento local de pessoas inovadoras como Latifa e sua família pode promover um grau genuíno de participação e de apropriação comunitária para o quê, de outra maneira, seriam meras intervenções externas de ajuda humanitária.

Mobilizar as comunidades locais deste modo provavelmente aceleraria o processo de recuperação, ao preencher o vazio entre as fases de reabilitação e de desenvolvimento, construindo assim comunidades mais resilientes.

Referências

 Adam-Bradford, A. (2007) Implementing Sphere Standards: Lessons Learnt from the Tsunami Response, Banda Aceh, Indonésia. Disaster Preparedness and Response Unit (DPRU), Ayuda Islámica Mundial, Birmingham, RU.

As diretrizes do Projeto Esfera

A. Adam-Bradford

Universidade de Sheffield Web: www.sheffield.ac.uk/urbanag Email: urbanag@adambradford.eu Sitio web http://www.sphereproject.org/

As diretrizes do "Projeto Esfera" consistem em Estatutos Humanitários e Padrões Mínimos na Resposta de Desastres apresentados no formato de um livro com o objetivo de ajudar os trabalhadores de ajuda humanitária na provisão de uma resposta responsável e de alta qualidade aos desastres.

A iniciativa foi lançada em 1997 através de uma colaboração internacional entre o Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Atualmente esta colaboração inclui mais de 400 organizações em cerca de 80 países que adotaram o Consenso de Esfera, inclusive por organizações de doadores que solicitam que as ofertas de financiamento de emergência sejam escritas no contexto das Diretrizes do Projeto Esfera. Os Padrões Mínimos identificados para a assistência pós-desastres estão agrupados em cinco setores-chave:

- 1) Padrões comuns a todos os setores (gestão do projeto)
- 2) Abastecimento de água, saneamento e promoção da higiene
- 3) Segurança alimentar, nutrição e ajuda alimentar
- 4) Refúgio, assentamento e artigos não alimentícios
- 5) Serviços de Saúde

A combinação da produção de alimentos com a distribuição dos mesmos é promovida de forma clara pelas Diretrizes do Projeto Esfera, que formam um guia desenhado para ser usado em resposta a desastres, mas que também desempenham um papel na preparação preventiva para os desastres e nos programas de redução dos riscos

de desastres.

Cano de plástico com garrafas contendo composto e uma planta (Foto: A. Adam-Bradford) São aplicáveis a uma ampla variedade de cenários, incluindo desastres naturais e conflitos armados, tanto em situações de início lento como de início rápido. Isto inclui situações de refugiados urbanos em consequência de conflitos armados (Libéria, Serra Leoa) e desastres urbanos que podem ser resultado de maremotos, terremotos ou tormentas tropicais, como ocorreram recentemente em áreas urbanas da Índia, Indonésia, China e Paquistão.

O "Guia Esfera" baseia-se em duas crenças principais: "primeiro, devem tomar-se todas as medidas possíveis para aliviar o sofrimento humano produto de uma calamidade ou de um conflito; e, segundo, aqueles afetados pelo desastre têm direito a viver com dignidade e portanto, direito a serem assistidos".

Tais princípios são de grande relevância para a agricultura urbana, pois o Guia Esfera promove intervenções agrícolas em pequena escala, que não só trazem um incremento na segurança alimentar local e na disponibilidade de alimentos frescos, mas também dignidade e apoio psicológico mediante a mobilização de recursos humanos entre quem pode estar padecendo estresse pós-traumático depois de um acontecimento extremo.

O Guia Esfera proporciona orientação adequada para intervenções agrícolas em uma variedade de setores-chave, desde a segurança alimentar até o planejamento físico dos assentamentos. Por exemplo, o requisito mínimo de superfície por pessoa em um assentamento planejado é de 45 m², pelo qual um acampamento para 1.000 refugiados teria que ter 4,5 ha. Isto inclui espaços para os lotes domésticos, caminhos, saneamento e outras infraestruturas, e ainda permite a implementação de "hortas limitadas para moradias individuais". Em um espaço de 4,5 ha e utilizando um tamanho médio de lote doméstico para seis pessoas, isto resultaria na implementação de 166 pequenas hortas.

Os Padrões Mínimos em Segurança Alimentar, Nutrição e Ajuda Alimentar fornecem a maior parte das orientações práticas para intervenções agrícolas, incluindo aspectos básicos abordados nos Padrões de Segurança Alimentar: (1) "segurança alimentar geral"; e (2) "produção primária".

Por exemplo, os mecanismos de produção primária devem ser protegidos e apoiados através de medidas locais de capacitação e, onde seja adequado, com a distribuição de sementes, ferramentas, fertilizantes, animais, equipamentos de pesca e de caça, crédito e facilidades de empréstimos, informações sobre o mercado, instalações de transporte, etc.

Também se fornece um importante guia para a viabilidade da produção primária, o desenvolvimento tecnológico, a melhora nas escolhas, a oportunidade e a aceitabilidade da produção primária, a produção de sementes, a compra de insumos locais, o monitoramento do uso e efeitos imprevistos ou negativos dos insumos.

O guia também aborda questões de complexidade para assegurar que os programas sejam bem desenhados, apropriados para as condições locais, e sustentáveis.

O Guia Esfera ressalta que "ainda que a distribuição de alimentos seja a resposta mais comum à insegurança alimentar aguda após os desastres, outros tipos de resposta também poderiam ajudar as pessoas a satisfazerem suas necessidades imediatas de alimentos". Assim, nas áreas urbanas, uma prioridade poderia ser o restabelecimento das condições normais de mercado; porém são igualmente importantes as pequenas hortas e os métodos de produção primária: "Essas estratégias poderiam ser mais adequadas do que a mera distribuição de alimentos, pois conferem dignidade, apóiam meios de sustento e reduzem uma futura vulnerabilidade".

Conclusões

A escolha da estratégia de ajuda alimentar deve ser feita para satisfazer as condições no campo, mais do que em função de fatores externos, como a influência de doadores, a experiência técnica da ONG ou a falta de acesso à ajuda alimentar básica.

A distribuição de comida deve ser planejada junto com as opções de produção local de alimentos, de modo que a transição da dependência rumo à segurança alimentar possa ser feita o mais cedo possível e com um risco mínimo para os beneficiários a quem a distribuição de alimentos supostamente ajuda.

(O livro pode ser baixado em sua totalidade em inglês, francês, espanhol, árabe e russo; também são fornecidos resumos em outros idiomas).

Agricultura Urbana em El Alto: uma experiência de vitalização

Oscar Rea Campos

Fundação Comunidade e Ação El Alto - Bolívia Email: orecampos@yahoo.es ou orecampos@hotmail.com

A crise estrutural de alimentos que afeta as famílias mais pobres da cidade de El Alto é cada vez mais prejudicial à vida dessas pessoas. Por isso é necessário implementar alternativas viáveis, baratas, replicáveis, participativas e sustentáveis que garantam a segurança alimentar dessas famílias. Esta é a maior utilidade da agricultura urbana na cidade de El Alto.

El Alto, como uma concentração urbana limítrofe à cidade de La Paz, surgiu na década de 1960 e conta na atualidade com uma população de aproximadamente 960.000 habitantes, dos quais 80% são de origem aymará, com cerca de 60% dela constituída por mulheres. A taxa de crescimento demográfico anual é de 8,2%, devido principalmente aos

grandes fluxos migratórios de

indígenas andinos.



A agricultura urbana melhora a segurança alimentar e aumenta a inclusão social das mulheres (Foto: Alain Santandreu)

A cidade está localizada no altiplano boliviano, a 4.000 m, apresentando uma temperatura média de 8,8º C, e a sua economia se baseia principalmente no comércio informal e na mão-de-obra barata.

Calcula-se que 80% dos habitantes dessa cidade vivem em assentamentos de baixa renda, e 35% deles sobrevivem na extrema pobreza.

Geralmente a pobreza urbana vem acompanhada por carência de água, alimentos e moradia, de restrições na educação e de níveis salariais insuficientes.

A crise estrutural

Por suas condições geográficas naturais, a região favorece a produção de tubérculos e quinoa. Porém nos últimos anos a sua produção diminuiu drasticamente, tanto pelo empobrecimento das terras quanto pelos efeitos negativos da mudança climática global.

O empobrecimento das terras tem, por sua vez, origem na concepção fundiária da terra que, no fim, resultou nos chamados "surcufúndios" (minifúndios).

A Bolívia está classificada como o país mais pobre da América do Sul, e El Alto é a cidade mais pobre de Bolívia, já que quase 70% de sua população vive com uma renda média diária inferior a um dólar por dia. Por outro lado, as maiores mobilizações sociais do país têm como base a cidade de El Alto. Durante os anos 2000 e 2003, esta cidade foi seriamente sitiada, o que gerou uma escassez crônica de alimentos e a consequente alta indiscriminada de seus preços. Esta situação tende a se repetir ciclicamente. Neste contexto, a maior parte dos habitantes das zonas periurbanas de El Alto sofre tragicamente as consequências da crise estrutural que vem aumentando os níveis de desnutrição, diminuindo o rendimento escolar, gerando mais desigualdade, renda insuficiente, moradia precária etc. A dieta cotidiana da população baseia-se em carboidratos provenientes da batata e seus derivados, e de outros tubérculos colhidos em suas regiões de origem. O consumo de proteínas, vitaminas, minerais e fibras é extremamente baixo.

El Alto e a AU

A FAO, em coordenação com o município de El Alto², vem implementando, há vários anos, microhortas familiares que, em 2008, já somavam mais de quatrocentas. A Fundação Comunidade e Ação, junto com um grupo de mulheres jovens – muitas delas mães solteiras –, buscou soluções alternativas para seus problemas de desnutrição e de seus filhos. Em 2008, em coordenação e parceria com a FAO, implementou 37 microhortas familiares em diferentes distritos da cidade de El Alto, particularmente nos mais distantes e periféricos, onde não existe serviço de abastecimento de água potável.

As microhortas têm uma superfície média de 25 m² e estão destinadas ao autoconsumo, produzindo até 15 variedades de hortaliças incorporadas à dieta familiar. Cada uma das microhortas familiares beneficia diretamente cinco pessoas em média, somando cerca de 185 beneficiários. Porém a pobreza também obriga a maioria das famílias a compartilharem seu espaço familiar com seus avós, cunhados, sobrinhos, irmãos etc., que adicionam em média mais cinco pessoas por família, razão pela qual a microhorta consegue beneficiar um total de 370 pessoas de forma indireta.

Essas pessoas incorporaram em sua dieta alimentícia acelga, penca branca, alface (quatro variedades), rábano, remolacha, vainita, pepino, páprica, pimentão marron, tomate, repolho, couve-flor, brócolis, alhoporró, zapallo, suchin, nabo, alfavaca, huacataya e quirquinha (condimentos andinos), sempre produzidos sem agroquímicos.

O consumo dessas hortaliças lhes permite gerar uma economia significativa já que os valores antes investidos na aquisição de alguns produtos alimentícios agora podem ser destinados ao consumo diário de carne, ovo, leite e pão – produtos que antes das microhortas eram consumidos somente em ocasiões muito especiais. Por isso, o consumo cotidiano das hortaliças e dos novos produtos incorporados à dieta familiar (como a carne e o ovo) elevou significativamente o nível nutricional, particularmente das crianças, o que se traduz em um melhor rendimento escolar e uma significativa redução das enfermidades.

Em torno das microhortas e das responsabilidades nelas envolvidas, muitas famílias fortaleceram seu relacionamento interno, não só entre os casais, mas também com os seus filhos. Agora 37 mulheres

alcançaram um novo nível, que lhes agrada e melhora a sua auto-estima e saúde.

Vários cultivos e a criação de pequenos animais (porquinhos-da-índia) são possíveis em locais protegidos (Foto: Alain Santandreu)

Antes das microhortas, elas buscavam permanentemente empregos temporários como vendedora de doces ou cigarros, lavadeira, doméstica, ou alugavam sua mão-de-obra barata como ajudante de pedreiro ou de jardinagem etc.

As microhortas geraram um processo interessante de aproximação social entre os vizinhos, uns, para conhecer e aplicar as práticas de produção; outros, motivados pelo prazer de ensinar e ajudar.

Atualmente várias famílias, motivadas pelos resultados alcançados por quem já possui sua microhorta, também iniciaram suas próprias microhortas, demandando à Fundação o assessoramento técnico e os materiais adequados.

Comunidades de diálogo

Não existe democracia sem cidadania, nem vice-versa. Hoje o exercício da cidadania só adquire todo o seu sentido quando ela se encontra vinculada tanto ao problema ambiental quanto ao problema da insegurança alimentar que afetam a nossa sociedade.

As mulheres, que são as responsáveis pelas microhortas, também participam semanalmente de um processo de formação política nas "comunidades de diálogo", onde se procura facilitar a transformação da educação em uma experiência de libertação que requer a criação de novas vivências solidárias e novas relações sociais e humanas.

Essas comunidades de diálogo³ abordam temas como a injustiça, a ecologia e a pobreza no mundo e em nosso contexto, fortalecendo o sentido de pertencimento e a responsabilidade vivencial, tanto com relação ao seu município quanto com relação ao planeta, bem como estimulando a necessidade de participar ativamente no âmbito municipal.

Por isso a implementação e a sustentação da microhorta, no marco das comunidades de diálogo, animam as mulheres a pensarem de modo diferente sobre temas como a importância do diálogo, a construção de novos horizontes, e a busca e implementação de ações que ajudem a transformar a realidade na qual vivem.

Alta demanda

A pobreza e a insegurança alimentar são as principais razões para o rápido crescimento da agricultura urbana em El Alto. As mulheres microagricultoras priorizam a segurança alimentar de suas crianças:

"Em 2003, não havia hortaliças, e os preços eram muito altos. Nós não queremos viver aquela situação angustiante outra vez."

"Com a falta de emprego e com a inflação alta, minha microhorta é como uma bênção de Deus."

"As microhortas familiares, onde cultivamos hortaliças frescas e de qualidade, permitiram que melhorássemos nossa alimentação."

"Os salários de nossos pais são baixos e as microhortas ajudam na nutrição das famílias, principalmente das crianças."

"Agora meus filhos comem hortaliças em sua sopa. Mesmo que nem sempre tenhamos carne, sempre temos verduras e legumes."

"Agora eu posso usar o dinheiro das hortaliças para comprar outros itens de primeira necessidade."

Essas informações são baseadas em duas entrevistas realizadas pela equipe do IWMI em 24 e 26/08/2008.

Conclusões

Para a Fundação Comunidade e Ação, a segurança alimentar é tão importante quanto a formação política, pois as duas, como as asas de uma ave, são indispensáveis para o empoderamento econômico e político das pessoas mais empobrecidas.

As microhortas familiares demonstraram ser uma solução efetiva para o problema da insegurança alimentar estrutural vivida diariamente pelas mulheres pobres de El Alto como resultado da crise estrutural que enfrentam. Em uma cidade de rápido crescimento demográfico, de ausência ou precariedade dos serviços básicos como o de água potável, e com um alarmante desemprego, as microhortas são uma solução efetiva e de baixo custo para esses problemas cotidianos e, ao mesmo tempo, uma janela de esperança. Por este motivo, ao se converterem em espaços de formação política, nossas "comunidades de diálogo" fomentam o desenvolvimento de destrezas e habilidades democráticas das mulheres para a sua atuação em seu entorno familiar, comunitário, público e social e para o seu empoderamento político.

Notas

- 1) Surcufundio: Refers to the furrows that today the indigenous people leave as an inheritance to their children.
- 2) A prefeitura de El Alto e a FAO iniciaram a implementação de minihortas familiares já em 2003 (ver Revista de Agricultura Urbana n# 19), e desde então 400 delas já foram criadas.
- 3) Uma metodologia de participação comunitária, capacitação e empoderamento imeplementado pela Fundação Comunidade e Ação.
- 4) Batata desidratada

Referência

 Iriarte, Gregorio, Análisis crítico de la realidad, 17th Edition, Editorial Quipus, Cochabamba, 2007.

Hortas de pisos múltiplos para apoiar a segurança alimentar

Mary Corbett corbettmary@eircom.net

Abordar a insegurança alimentar em comunidades pobres é difícil em qualquer contexto. Porém, em situações prolongadas de acampamentos de refugiados, onde as pessoas dependem quase completamente da ajuda humanitária, os desafios são ainda maiores. O desenvolvimento e a adaptação de hortas de pisos múltiplos – HPMs – têm se caracterizado, nos acampamentos de refugiados do Quênia, como um êxito impressionante.

Os acampamentos de refugiados de Dadaab e Kakuma existem há quase 15 anos, e tanto a desnutrição aguda quanto a crônica continuam muito presentes nesses dois assentamentos. Um fator-chave a longo prazo é a

dependência da maior parte dos refugiados à ajuda alimentar, o que resulta numa dieta monótona de cereal, legumes e óleo de cozinha, às vezes complementada por uma mistura de soja e milho (MSM).



HPM no campo de Dadaab, Quênia (Foto: Mary Corbett)

A maior parte dos refugiados não tem acesso fácil a frutas e verduras frescas ou a carne.

Esses acampamentos estão situados no norte e no oeste do Quênia, região semiárida com precipitação limitada, e os refugiados não têm acesso a terras para cultivar, podendo fazê-lo apenas nos limitados terrenos em torno de suas moradias.

A introdução do sistema de horta com pisos múltiplos (HPM) combina aspectos de diversificação da dieta, de educação nutricional, de empoderamento feminino, de geração de renda e promoção da comunidade e autoconfiança.

Com o apoio financeiro da Iniciativa Canadense, através da GTZ (Cooperação Alemã para o Desenvolvimento), e com o apoio técnico da própria GTZ, a utilização das HPMs em Dadaab foi particularmente alta (mais de 5.000 entre cerca de 18.000 moradias); já no acampamento Kakuma,

a aplicação do sistema foi mais baixa no início, porém depois o interesse cresceu consideravelmente (agora mais de 2.500 moradias entre 12.800 já adotaram o sistema).

A horta de pisos múltiplos - HPM

O Programa Mundial de Alimentos (PMA) apoia o projeto doando sacos vazios de cereal de 50 quilos para serem usados para cultivar alimentos, e as latas de óleo usadas, que devem então ser furadas, enchidas com pedras e colocadas (uma sobre a outra) no centro dos sacos de cereal. Uma mistura de terra e composto é colocada dentro do saco, ao redor das latas, até enchê-lo.

As latas são furadas por baixo e pelos lados (menos no fundo da última lata, debaixo de todas). Depois as sementes são postas na terra, na parte de cima do saco. Quando chega o momento de "transplantar" as mudas dos sacossementeiras, algumas delas são removidas da parte superior do saco e replantadas nele mesmo, em pequenos furos feitos nas laterais dos sacos. Isso significa que não só a parte de cima, mas também as laterais dos sacos, é utilizada para o cultivo.

Em áreas onde a água é escassa, esse é um modo muito econômico de cultivar alimentos utilizando recursos sumamente limitados. Cada saco só tem que ser regado duas vezes por dia com aproximadamente 5 litros de água (em média). Utilizam-se principalmente as águas cinzas domésticas (águas residuais das moradias que não incluam excreta humano) e, às vezes, água coletada da chuva.

A água é despejada na lata superior no centro da bolsa e vai drenando para as demais através das pedras e dos furos até a lata final, irrigando todas as plantas. Recomenda-se usar as águas residuais domésticas resultantes da lavagem de roupa, do chuveiro, da pia e da cozinha.

É importante incorporar e integrar a gestão dos resíduos no programa para não esgotar os recursos hídricos necessários para outras atividades.

Produtos

No Quênia, os produtos cultivados em HPM incluem uma diversidade de verduras folhosas além de tomates, *kimbombó* e berinjela. Normalmente, quando as verduras folhosas estão prontas, elas podem ser colhidas 2 a 3 vezes a cada semana.

Isto pode fazer uma grande diferença no conteúdo nutricional de uma dieta extremadamente limitada e monótona, aumentando o apetite das pessoas e melhorando seu bem-estar geral.

As hortaliças podem ser particularmente benéficas para enriquecer a dieta das crianças pequenas. Com base nas experiências recolhidas nos acampamentos, estima-se que cada moradia (com uma média de 6 a 7 membros) necessita de cinco sacos de HPM no mínimo para obter produtos suficientes para criar um impacto significativo em sua diversidade alimentar e ainda gerar renda complementar.

Esse enfoque provou ser um meio para incrementar a segurança alimentar fazendo um uso mínimo de mão-de-obra e água, e otimizando o pouco espaço disponível.

Capacitação

A GTZ estabeleceu viveiros para produção de mudas (onde bandejas apropriadas são usadas para semear as plantas) e para servirem como áreas demonstrativas para capacitar produtores que depois irão incentivar os demais refugiados.

Esses produtores-animadores são responsáveis pelo desenvolvimento do programa: seu trabalho é sensibilizar a população de refugiados, dirigir o viveiro de produção de mudas, apoiar na capacitação (no preparo dos sacos de cultivo das HPMs, na preparação do solo e irrigação, e no uso de águas residuais), e fazer a animação comunitária.

Outros benefícios

Além de impactar positivamente a diversidade da dieta e a geração de renda, o enfoque estimula a autosuficiência e o empoderamento das mulheres. Os produtos podem ser cultivados durante todo o ano e a produção de alimentos variados pode ser utilizada em práticas de educação nutricional. O conceito da microagricultura utilizando uma pequena quantidade de espaço e de água é o elemento central, e pode ser aplicado em moradias onde a mão-de-obra é limitada; por exemplo, famílias com pessoas vivendo com HIV/AIDS ou órfãos.

As razões para uma menor divulgação do enfoque

Em Kakuma, o plano estratégico inicial das ONGs foi menos desenvolvido, e o pessoal envolvido não estava convencido de que a iniciativa daria certo. Portanto, a aplicação das HPMs foi muito mais baixa ali do que no acampamento de Dadaab.

Porém, depois de ficarem claros os benefícios e o potencial das HPMs para melhorar a segurança alimentar dos moradores, muitos dos refugiados de Kakuma fabricaram suas próprias HPMs, inclusive adaptando a técnica: em vez de cultivar os produtos em um só saco de cereal de 50 kg, muitos refugiados costuraram vários sacos juntos para preparar uma área de cultivo maior, usando o mesmo conceito geral de colocar latas com pedras no centro para ajudar a irrigação.

Custo

A introdução de HPMs é uma intervenção barata pois requer poucos insumos. Os gastos iniciais incluem o estabelecimento do programa, a contratação de pessoal, a capacitação de trabalhadores para incentivar os refugiados, e o desenvolvimento de material de capacitação com técnicas de HPM e temas de nutrição. Outros gastos incluem as ferramentas e sementes para o programa.

Um orçamento anual de US\$ 300.000 apoiou o desenvolvimento de 5.155 HPMs em Dadaab e 2.500 HPMs em Kakuma. Com níveis de anemia para mulheres e crianças menores de 5 anos acima de 70%, e com a malária rondando os acampamentos, espera-se que a introdução de verduras frescas, especialmente verduras verdes folhosas, tenha um impacto significativo sobre essa situação.

Nota

1) Este artigo está baseado em um texto do mesmo autor publicado em *Field Exchange*, número 29, de 2006. A informação compartilhada neste artigo foi recolhida durante uma consultoria realizada para a ACNUR/PMA.

Halima Mohamed Aliyow, praticante de HPM em de Dadaab

Tenho uma família de quinze membros, incluindo dois de meus próprios filhos menores de cinco anos, e três sobrinhas e sobrinhos da mesma idade. Também cuido de meu filho deficiente, de mais idade, e de meu pai, cego, que vivem comigo. Eu estava muito preocupada, pois nunca tínhamos o suficiente para comer e – especialmente o meu pai idoso – estávamos cansados de comer a mesma coisa todos os dias.

Comecei com cinco sacos para organizar minha HPM, porém gostei tanto que pedi à GTZ mais outros cinco sacos, e consegui. Agora cultivo *kimbombó*, espinafre, tomates, coentro, e espinafre queniano. Produzo o suficiente para que todos possam comer, inclusive consigo dar um pouco a meus vizinhos.

Sinto que minha família hoje está mais saudável, somos mais felizes e já não sentimos fome. No passado, eu costumava vender boa parte das rações de alimentos que recebia para comprar coisas como tomates e espinafre, porém agora já não necessito fazê-lo.

Gostaria de me tornar uma "hortelã-modelo" para os meus vizinhos, e então poderia ensinar às pessoas a produzir, preparar e consumir hortaliças.

Se fosse possível dobrar o número de plantas que cultivo, poderia vender os excedentes aos vizinhos. As pessoas já estão vindo para ver minha horta e muitas querem comprar meus produtos. Uso a água que sobra da pia e do chuveiro para regar as plantas e elas crescem, crescem e crescem.

Cultivando em sacos: microhorticultura no norte de Uganda

Devrig Velly
Ation Against Hunger-USA
dv@aah-usa.org

Desde 1986 a região de Acholi, ao norte de Uganda (distritos de Kitgum, Pader e Gulu), tem sido afetada por atividades rebeldes. Devido à crise constante e à situação de insegurança, o acesso a alimentos, renda e recursos produtivos tornou-se cada vez mais difícil para a população.



Microagricultora e filho ao lado de seu s aco produtivo (Foto: Action Against Hunger)

A maior parte da população, estimada em 515.000 habitantes (UMCHA), é internamente desalojada e vive em acampamentos espalhados pela região. O acesso a terras é muito limitado devido à insegurança da área.

Ação contra a Fome – A *Action Against Hunger* – AAH (Estados Unidos) está atuando no distrito de Gulu desde 1997, trabalhando principalmente nas áreas de nutrição, água e saneamento. Com base nas recomendações feitas em uma avaliação de 2003, a ACH iniciou um projeto-piloto de microhorticultura em dois acampamentos de PIDs no distrito de Gulu em 2004.

Implementação

O objetivo do projeto era incrementar as opções de sustento e segurança alimentar para as famílias (por meio da produção de verduras, venda de produtos caseiros, e criação de trabalho para os sem-terra), assim como também diminuir o tempo gasto nas tarefas hortícolas e reduzir os riscos à segurança (ao encurtar o tempo de caminhada até os locais de plantio). Um total de 940 moradias participou do programa, principalmente as famílias beneficiárias dos Centros de Alimentação Complementar (CAC) dos acampamentos de Opit e Amuru.

O projeto utilizou as ideias básicas da agricultura urbana e da agricultura em quintais e sobre tetos e lajes, usando os materiais disponíveis localmente.

O método promovido envolveu sacos de cereais (de polietileno), que são pouco custosos e abundantes nos campos, terra comum, pedras e talos de bananeira. Foi colocado um talo de banana em cada saco que foi então preenchido com pedras. Colocou-se então a terra em volta do talo. Quando o saco estava cheio de terra, tira-se o talo de bananeira, deixando um núcleo de pedras, que serve como uma área de irrigação. A semeadura é feita ao redor do saco (costados) e pela abertura superior dele.



Thomas Ojara (centro), da AAH-USA, preparando uma microhorta



Microhorta cultivada no campo de Opit



Família preparando uma microhorta (Fotos Action Against Hunger)

Cada acampamento tinha uma horta demonstrativa perto do CAC que era cuidada por um hortelão experiente e onde se realizavam sessões de capacitação. Os dias de capacitação coincidiam com os dias em que as rações eram distribuídas no CAC.

Grupos de até 40 mulheres (quase todas as cuidadoras são mulheres) recebiam capacitação em construção, manutenção, e colheita de verduras.

Ao final da capacitação, cada família recebeu um saco de cereais de 100 kg, sementes (de zanahorias e de espinafre ou de *vainitas*, e um manual escrito na língua local, o Luo.

Supunha-se que cada família devia semear a sua horta. O projeto se manteve em escala pequena a fim de analisar o interesse e a apropriação da atividade antes de difundi-la. As hortas foram construídas perto das moradias dos beneficiários. A terra e as pedras foram trazidas de áreas próximas e a maioria das hortas foi preparada em 2 a 3 dias.

Foram construídas cercas com materiais disponíveis localmente (p.ex. arbustos espinhosos ou bambu) para proteger as hortas. A manutenção tomava em média cerca de duas horas por semana. Esse tempo incluía a rega, os transplantes e o desbaste.

Os resultados do projeto de microhorticultura foram avaliados através de um monitoramento semanal do progresso das hortas e discussões com os beneficiários, observações, e uma avaliação formal.

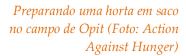
O êxito do cultivo em sacos

No início, a percepção dos beneficiários (quase exclusivamente mulheres) foi que a microhorticultura era algo "estranho" e inclusive "muito infantil", e que não havia muita familiaridade com o cultivo principal, as zanahorias (em lugar de algo mais tradicional como o acholi). Muitos dos maridos e vizinhos a viam com curiosidade. Quase todos os lares que receberam o equipamento para a microhorta o implementaram. Mais de 85% das famílias afirmaram que se sentiam satisfeitas com o projeto e 94% delas quiseram continuar com a atividade durante várias temporadas.

Muitas disseram que lhes agradou a ideia do projeto, porém não tinham "outras" terras para semear. A metade dessas famílias não havia semeado verduras na temporada anterior, razão pela qual o consumo de verduras era geralmente baixo na área (a maior parte das famílias só comia verduras de 1 a 3 vezes por semana).

No momento da avaliação, 37% das famílias tinham consumido seis ou mais refeições com o produto de suas hortas, com uma média de seis pessoas participantes em cada uma delas. As zanahorias foram um grande sucesso. A ACH realizou capacitações para os beneficiários em preparação e culinária de zanahorias. Alguns pais

declararam que os filhos realmente gostaram delas, e que comiam com mais vontade quando a refeição continha zanahorias.





As vantagens mencionadas com maior frequência eram a proximidade da microhorta com relação ao acampamento e a facilidade de sua manutenção. Também foi possível desestimular o roubo dos cultivos, pois as microhortas podem ser monitoradas constantemente. Uma vantagem não esperada foi que as microhortas podem servir para decorar o local de mordia.

Semeando num saco de microhorta (Foto: Action Against Hunger)

As desvantagens mais significativas eram problemas relacionados à rega (as hortas requeriam, em média, dois litros diários de água na temporada seca) e à necessidade de protegê-



las da destruição causada por crianças e animais. A rega era um problema importante no acampamento de Amuru, onde a disponibilidade da água é muito limitada.

Pouco mais de 50% das microhortas observadas estavam bem cuidadas. Porém existia um amplo contraste entre os acampamentos. As hortas em Opit estavam em melhores condições do que as cultivadas em Amuru, devido à escassez de água neste último, que restringe a irrigação e resulta em produções mais pobres.

Conclusões

Um importante atributo da microhorta é proporcionar à população internamente desalojada uma nova opção de produção. Depois de quase dez anos de deslocamento e de movimentação muito restringida, as PIDs do distrito de Gulu encontram-se geralmente desmoralizadas e carecem do ímpeto para inovar. Ainda que o cultivo em sacos tenha sido visto inicialmente como algo infantil, agora as pessoas se encontram realmente interessadas nessa atividade.

A ACH planeja continuar o projeto, melhorá-lo e aumentar o número de beneficiários.

O projeto-piloto ressaltou a necessidade de aumentar o tamanho das hortas para obter um maior impacto, ainda que cuidando, ao mesmo tempo, para não sobrecarregar as famílias. As melhoras buscadas são as seguintes: incrementar a sensibilização e a conscientização; aumentar a frequência e a variedade das capacitações; realizar um monitoramento sistemático; incrementar a variedade e quantidade de sementes; incrementar o número de sacos cultivados por casa; e diversificar o método de produção (outros tipos de contêineres, ou diretamente no solo).

Holly Welcome Radice

Nota

(1) All photos are made by Thomas Ojara, Pamela Atim, Victor Onenchan, Siddharth Krishnaswam

Uma horta em um saco: experiências em Kibera, Nairóbi

Peggy Pascal, Solidarités **Eunice Mwende**, Solidarités (Kenya Office) ppascal@solidarites.org

Mais de 60% da população de Nairóbi vive nas numerosas comunidades que cresceram ao redor da cidade. A comunidade de Kibera é uma das 146 existentes na capital queniana e a segunda maior da África (depois de Soweto, na África do Sul).

Aproximadamente um milhão de pessoas vive atualmente em

Kibera e a população aumenta diariamente. Na cidade são frequentes os deslizamentos de terra, e a taxa de desemprego é muito alta. A maior parte das terras está dedicada às moradias, razão pela qual os terrenos agrícolas são escassos.

Cultivo de couve em Kibera (Foto: Solidarités)



Em dezembro de 2007, Kibera foi uma das duas comunidades golpeadas pela violência pós-eleitoral que atingiu o Quênia. Esses distúrbios foram o resultado de diversos fatores combinados com o

alto nível de pobreza e o incremento da vulnerabilidade. A maior parte das famílias que vivem nessas comunidades estava recém estabelecida, depois de abandonar as áreas rurais super-povoadas.

Treinamento sobre sementeiras (Foto: Solidarités)



Durante 2008, os preços tanto dos alimentos como dos produtos não alimentícios subiram até 50% no período de seis meses⁽¹⁾.

Como resultado, as mudanças na dieta da população tornaram-se evidentes, incluindo a redução na composição e frequência das refeições, que poderiam conduzir a um aumento na desnutrição e na susceptibilidade a enfermidades.

A ONG francesa de ajuda humanitária *Solidarités* ajuda as comunidades de Nairóbi, incluindo Kibera, com o seu projeto "uma horta em um saco".

Objetivos do projeto

O projeto implementado por *Solidarités* e financiado pelo governo francês envolve a produção de mudas em cima e nas laterais de sacos cheios de terra, que são colocados sobre os degraus nos umbrais das portas. A estratégia da *Solidarités* está baseada em dois objetivos principais:

- Aumentar o acesso aos alimentos utilizando o conceito "uma horta em um saco".
- Aumentar a renda disponível para as famílias através da venda de verduras produzidas nas hortas em saco.

Os grupos-alvo são as famílias de baixa renda e os afetados pela AIDS/HIV (que necessitam de uma nutrição melhor)⁽²⁾. Os habitantes das comunidades geralmente contam com o *saber fazer* adequado para cultivar verduras. O principal problema que limita o desenvolvimento da agricultura é a falta de terras e de dinheiro vivo para comprar insumos agrícolas.

Durante a primeira fase do programa em Kibera, mais de 11.000 moradias beneficiárias adotaram a técnica e produziram verduras nos degraus de seus umbrais. A fase atual aponta 32.000 famílias, algumas das quais já cultivam tomates, cebolas, couve e espinafre.

Foram estabelecidos mais de 18 viveiros na comunidade de Kibera. Pessoas escolhidas pela comunidade são responsáveis pelo manejo do viveiro, enquanto que um outro grupo é responsável pela formação dos agricultores.

Segundo o chefe da área Francis Owino Waneno, o projeto aumentou a segurança alimentar na comunidade. "Agora a gente tem o que comer e em alguns casos podemos vender os excedentes. Isto significa muito para os habitantes desta comunidade" (Revista da África Oriental, Junho 2-8, 2008).

Preparação

De forma voluntária, foram entregues pequenos lotes às comunidades para que estabelecessem os viveiros. A *Solidarités* proporciona as sementes e os promotores comunitários apoiam os membros da comunidade no seu manejo. São necessárias ao menos três semanas para que as mudas amadureçam o suficiente para poderem ser transplantados para os sacos ou para o solo. Já nessa etapa, a participação da comunidade é importante. As mudas são distribuídas gratuitamente aos membros da comunidade que se qualificam dentro dos critérios de seleção.

No contexto de uma comunidade, são necessários cultivos com um período de crescimento curto e com benefícios a longo prazo. Por exemplo, na primeira fase do programa notou-se que as cebolas (de cabeça) levavam demasiado tempo para maturar, de modo que os participantes optaram por cebolas de folhas (cebolinhas).

Do mesmo modo, a qualidade do solo e da água para a rega apresentava-se como um sério desafio. Ainda que seja difícil, para prevenir a contaminação é importante assegurar práticas higiênicas e um bom saneamento, especialmente perto das sementeiras.

Capacitação e promoção comunitária

Ter uma granja demonstrativa revelou-se ser crucial para a capacitação. Do mesmo modo, os promotores comunitários contribuíram decisivamente para o êxito da primeira fase do programa devido à sua eficácia na comunicação, monitoramento e acompanhamento das atividades.

É importante ter membros da comunidade como promotores. A administração local e os idosos da comunidade ajudaram a identificar esses indivíduos.

Porém, para prevenir interferências políticas, o papel da administração local deve ser claro e os nomes dos beneficiários devem ser verificados.

A equipe de promotores estava composta por pessoas de faixas etárias variadas (de 25 até 80 anos) e havia equilíbrio de gêneros. Isto aumentou a coesão de grupo e o nível de aceitação por parte de suas comunidades. Também ficou provada a importância de pagar adequadamente aos promotores comunitários (com um salário mensal ou qualquer outro benefício) para assegurar seu total compromisso.

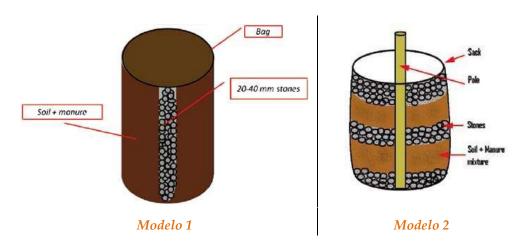
Preparação dos sacos

Cada saco tem um volume de 0,1 a 0,5 m³. Os cultivos mais apropriados para os sacos são as hortaliças folhosas, já que elas continuam crescendo mesmo depois de as folhas começarem a ser consumidas. As verduras são plantadas na "boca" do saco ou através de pequenos furos laterais. Em média, cada saco pode conter de 30 a 40 mudas de couve ou de espinafre e 20 plantas de tomate. Estes são produtos com os quais as comunidades já estavam familiarizadas; porém também foram introduzidas outras verduras como a pimenta, as cebolas de folha e o coentro.

Foram experimentados dois modelos de sacos de verduras: um com uma "espinha de pedra" (modelo 1) e outro com "capa de pedras" (modelo 2). Este último pareceu ser menos interessante, já que a área de semeadura é menor do que no modelo 1, que oferece uma área de semeadura para as mudas ao redor das pedras.

Os sacos são preparados pelas famílias, que têm que encontrar ou comprar um saco (muito baratos, cerca de Kshs.10, e facilmente encontrados) e reunir a terra e as pedras antes de receber as mudas.

Uma vez que os sacos estejam prontos, a *Solidarités* entrega as mudas. Este enfoque ajuda as famílias selecionadas a estarem realmente motivadas e a reforçarem seu sentido de apropriação do trabalho.



Em algumas comunidades, é difícil obter terra boa para o cultivo. Em alguns casos, os beneficiários tinham que comprar sua própria terra para poder participar do programa. Isto demonstra e fortalece o compromisso das famílias, porém também envolve gastos adicionais por parte dos beneficiários e poderia limitar o seu número no programa.

Um segundo desafio é o acesso à água, pois não existe nenhum sistema confiável de fornecimento de água nas comunidades.

Algumas hortas em sacos e também outras tradicionais feneceram durante os períodos secos de julho a novembro como consequência da falta de água.

A maior parte dos habitantes das comunidades compra a água de vendedores que não estão sujeitos a nenhuma regulamentação ao

estabelecerem o preço da água.

Cultivando espinafre em um saco em Kibera (Foto: Solidarités)



Impactos

educação das crianças.

As verduras produzidas nos sacos são utilizadas para consumo ou para venda, aumentando assim o acesso da família a dinheiro vivo para outras necessidades e para a

As famílias que produzem verduras são capazes de preparar uma refeição completa de duas a três vezes por semana. Em média cada família aumenta os seus rendimentos semanais em 5 dólares.

Considerando que o aluguel de uma moradia em Kibera custa aproximadamente 6 dólares por mês, este dinheiro adicional representa uma importante fonte de renda.

As famílias com acesso a três ou mais sacos têm rendimentos estimados de aproximadamente 33 dólares mensais, superior à média dos rendimentos mensais das famílias da região (junho de 2008)⁽³⁾.

O método é barato e aprovado pelos habitantes da comunidade, a maioria dos quais praticou a agricultura em áreas rurais antes de chegar à cidade em busca de emprego. É um programa auto-sustentável, razão pela qual a *Solidarités* é responsável, no início, pela construção de capacidades, a direção geral do programa e a compra de sementes.

As demais atividades são realizadas pelas próprias comunidades. Porém a presença de promotores comunitários dedicados e diversificados (em cultura e idade) desempenha um papel significativo, assegurando que o programa seja bem recebido pelas comunidades.

A *Solidarités* começou seu trabalho com a WOFAK (sigla em inglês para "Mulheres Lutando contra a AIDS no Quênia"), organização que esteve ativa em Kibera durante dez anos ocupando-se de pessoas vulneráveis à AIDS/VIH na comunidade e atuando com a KENWA (Rede Queniana de Mulheres com AIDS).

Conclusão

As pessoas que vivem em áreas urbanas são especialmente vulneráveis ao incremento nos preços dos alimentos.

O conceito de "horta em um saco" é um método eficaz, simples e sustentável de garantir a segurança alimentar para quem vive em comunidades populares. As famílias podem gerar rendimentos ou economizar em gastos na compra de alimentos.

Os maiores desafios identificados pelos beneficiários do programa são a presença de pragas (e a falta de acesso ao controle de pragas), o acesso à água, as enfermidades nas verduras e o roubo de hortaliças (4). Hoje a *Solidarités* ajuda a comunidade a implementar medidas de controle de pragas.

A *Solidarités* crê firmemente que a agricultura urbana deverá ser um dos pilares das estratégias de segurança alimentar nos próximos anos.

Por isso, a organização ampliou o projeto a outras áreas nas comunidades de Kibera e Kiambiu, e está introduzindo-o em outras duas comunidades: Mathare (também perto de Nairóbi) e Juba (no sul do Sudão). Juba é uma grande comunidade com um acesso muito insuficiente à água segura e a instalações de saneamento, e com muito pouco trabalho de ONGs na cidade.

Notas

- 1. O preço do milho, o principal alimento básico, aumentou em 100% em apenas dois meses.
- 2. A taxa de HIV no Quênia é de 6%, e a enfermidade é um importante problema. Ao menos 1,3 milhões de pessoas vivem atualmente com HIV/AIDS no Quênia, 65% das quais são mulheres entre os 19 e 45 anos de idade, segundo estatísticas de NACC.
- 3. Esta informação não considera a renda gerada por cebolas, que foram principalmente cultivadas em hortas tradicionais e não em sacos, a fim de permitir o crescimento dos bulbos.
- 4. As entrevistas e a coleta de informações foram feitas em três vilas de Kibera e no povoado de Kiambiu. Os povoados selecionados em Kibera foram Makina, Lindi e Kisumu Ndogo. Foram respondidos 200 questionários pelos beneficiários da intervenção da *Solidarités*; 183 dos quais foram considerados válidos para a análise do impacto da intervenção.



Horta na favela de Kiambi (Foto: Solidarités)

Avaliação dos riscos para a saúde de crianças expostas a águas cinzas no acampamento de refugiados de Jerash, na Jordânia

Sahar Dalahmeh and Almoayed Assayed

Royal Scientific Society – Jordan Sahar.Dalahmeh@et.slu.se

O acampamento de refugiados de Jerash é um dos dez acampamentos oficiais de refugiados palestinos na Jordânia. É habitado por aproximadamente 28 mil pessoas que, em 1968, fugiram de Gaza, Palestina, como resultado da guerra árabeisraelense de 1967. Ainda que já tenham se passado mais de 30 anos, as autoridades responsáveis ainda consideram o acampamento como um refúgio temporário, razão pela qual não

foram feitos investimentos em serviços nem em infraestrutura, com exceção apenas dos serviços mais básicos.

A água é bombeada dos drenos para os campos (Foto: Sahar Dalahmeh)

O acampamento cobre uma

área de 750.000 m² e está situado a cinco quilômetros do famoso monumento romano de Jerash. Ele foi criado em 1968 como um "acampamento de emergência" para 11.500 refugiados palestinos, e a UNRWA estabeleceu instalações para alimentação complementar massiva, serviços de saneamento ambiental, serviços de saúde e educação em barracas-escolas. As 1.500 tendas de campanha originais foram substituídas por refúgios pré-fabricados, e com o passar dos anos muitos dos habitantes do acampamento foram substituindo estas estruturas pré-fabricadas por refúgios de alvenaria mais duradouros.

Atualmente o acampamento de Jerash conta com 2001 unidades permanentes de alvenaria abastecidas com água por tubos para uso doméstico.

A principal instalação sanitária consiste em "poços negros", espécie de fossas furadas na terra. Esses poços negros têm as paredes geralmente seladas com concreto, ladrilhos ou pedras, e têm o fundo aberto para permitir a infiltração das águas residuais. As águas cinzas das cozinhas, duchas e lavabos são drenadas por pequenos tubos através das paredes das casas até pequenas valetas nos caminhos entre as casas, onde as crianças passeiam e brincam. Parte dessa água é utilizada para os cultivos.

A agricultura na área é praticada tanto por agricultores locais como por refugiados. Porém, os agricultores locais possuem os campos agrícolas ao redor do acampamento, e contratam refugiados como mão-de-obra, que desta maneira obtêm alimentos e rendimentos. Aproximadamente de 70 a 100 refugiados trabalham nas granjas localizadas rio abaixo do acampamento, sendo que na temporada de cultivo esse número aumenta. No total há 13 granjas, e cada uma ocupa em média 1,6 hectare.

Na Jordânia as águas residuais têm sido usadas para a irrigação há muitas décadas. Alguns efluentes tratados têm sido utilizados diretamente em cultivos restringidos de valor relativamente baixo, porém a prática principal tem sido descarregar os efluentes no ambiente onde eles se misturam com fluxos de água doce antes de serem utilizadas rio abaixo. Informou-se que anualmente são utilizadas mais de 70 m³ de água recuperada na Jordânia (McCornick, 2001), seja diretamente (adjacente a estações de tratamento de águas residuais) ou indiretamente (depois de misturadas com as águas superficiais e com a água doce rio abaixo). Porém os aspectos e riscos para a saúde relacionados com este reuso ainda não foram totalmente pesquisados.

Este artigo apresenta os resultados de uma avaliação de riscos para a saúde relacionados com a exposição de crianças no acampamento de refugiados de Jerash às águas cinzas que fluem ao ar livre em pequenas valetas nos caminhos entre as casas do acampamento.

Avaliação do risco

O projeto de IDRC/OMS/FAO (ver também RAU 20) sobre a adaptação e implementação das novas diretrizes da OMS para o uso

seguro de águas residuais, excreta e águas cinzas na agricultura, busca pesquisar as modalidades ótimas para a aplicação destas diretrizes no contexto de comunidades pobres urbanas.

No contexto deste projeto, a avaliação de riscos associados com as crianças expostas aos patógenos de águas cinzas no acampamento de Jerash foi realizada com informações geradas mediante a utilização de métodos qualitativos participativos (listas de observação e entrevistas estruturadas), que seguiram a estrutura de avaliação de riscos mencionada nas diretrizes da OMS, incluindo:

- 1. Identificação do perigo;
- 2. Caracterização do perigo;
- 3. Avaliação da exposição;
- 4. 4. Caracterização do risco.

As perguntas nas entrevistas estruturadas estavam divididas em quatro grandes componentes: informação familiar, informação da exposição, informação epidemiológica, comportamentos de higiene e percepções de risco.

A hipótese utilizada nessa avaliação de risco era que a exposição das crianças às águas cinzas, enquanto brincavam perto das valetas, causava alta incidência de diarréia (já que a contaminação fecal das águas cinzas é o agente que causa a diarréia), e que a diarreia e a hepatite são causadas por contato direto com águas cinzas contaminadas durante a rega ou o cultivo (e não pelo consumo de produtos regados com águas cinzas).

Foi estudado o impacto da exposição a águas cinzas e dos cuidados com a higiene sobre a saúde das crianças, incluindo fatores como a fonte de água potável das crianças, se elas estiverem perto ou expostos ao gado (e seu estrume), a quais instalações de saneamento tiveram acesso (poços negros ou outras), e higiene pessoal (se lavavam as mãos depois de brincar e antes de comer).

No nível da granja

As águas cinzas geradas nas moradias dos acampamentos fluem ao longo de valetas de coleta e depois rio abaixo, até chegarem aos espaços agrícolas, onde são armazenadas em pequenos tanques para uso posterior na rega. A água é bombeada desde as valetas até reservatórios de concreto ou tanques de terra. Estes tanques têm

diferentes tipos de vegetação de aquáticas e hidrófilas (formando um pântano natural). O tamanho dos tanques varia entre aproximadamente 60 e 100 m³.

Os produtos mais cultivados nos campos são as árvores ornamentais e produtivas (oliveira, cítricos, figos, almendra, e *catus*), e os legumes e hortaliças (calabacines, feijão, milho e pimenta). A maior parte dos produtos cultivados perto do acampamento é formada por legumes consumidos depois de cozidos, frutas e cultivos ornamentais. Os campos estão localizados nas laterais do canal de águas cinzas a jusante do acampamento.

Aproximadamente 40% das granjas coletam águas cinzas em tanques ou reservatórios, e 62% bombeiam diretamente as águas cinzas para irrigação sem armazená-las; 15% das granjas utilizam sistemas de rega por gotejamento, 23% utilizam baldes, e 62% utilizam irrigação superficial.

A contaminação fecal é a principal fonte de patógenos nas águas cinzas e se origina através de atividades como a mudança de fraldas de um bebê sobre o lavatório, pelo despejo ilegal de águas residuais dos poços negros nas valetas de águas cinzas, e pelos dejetos de animais. Do mesmo modo, as águas cinzas passam por vertedouros não controlados de dejetos orgânicos e domésticos. Os principais impactos para a saúde associados à contaminação fecal de águas cinzas são a diarreia sangrenta e a hepatite A.

Análise da exposição

É mais provável que a exposição a águas cinzas ocorra perto dos tanques de coleta durante as atividades de bombeamento da valeta para os tanques (os tubos são manejados manualmente), e é provável que haja um contato direto frequente durante a distribuição da água entre as diferentes linhas de rega. Assim, o procedimento de colheita das azeitonas cria situações nas quais existe uma alta probabilidade de contato.

Os grupos vulneráveis expostos ao risco nessas granjas incluem os lavradores (69%), as crianças que trabalham ou visitam suas famílias nas granjas (23%), e os pastores que visitam as granjas para que seus animais pastem perto do canal.

Caracterização do risco

Foram registrados cinco casos de hepatite em uma família que bombeia as águas cinzas do canal para um reservatório de concreto perto de sua casa e depois as utiliza para a rega superficial.

Os campos agrícolas estudados são importantes para o sustento dos refugiados do acampamento de Jerash. A maior parte dos refugiados não conta com documentos de identidade e não lhes é permitido trabalhar em organizações governamentais e públicas.

O trabalho agrícola é importante para que eles gerem renda. Portanto, o risco de infecção é alto, e a redução deste risco é crucial para os habitantes do acampamento. Isto pode ser conseguido controlando-se e reduzindo-se o contato entre as pessoas e as águas cinzas durante a rega e a colheita - o que inclui o uso de *mulch*, de rega por gotejamento e de roupa, botas e luvas de proteção.

O principal impacto na saúde associado com a contaminação fecal das águas cinzas no acampamento é a diarreia. A incidência da diarreia durante o período de 9 de agosto a 9 de setembro de 2007 foi de 10%. Foi encontrada uma relação significativa entre os hábitos de higiene e a infecção com diarreia.

As crianças que lavavam suas mãos depois de brincar nos canais têm 44% menos de risco de desenvolver diarreia do que as que não o fazem. A proporção de risco entre diarreia e lavar as mãos antes de comer é de 64%. Portanto, o risco de desenvolver a diarreia diminuiu em 36% entre aquelas crianças que lavam suas mãos antes de comer. O risco associado com a exposição a águas cinzas no nível doméstico no acampamento de refugiados de Jerash pode ser manejado promovendo-se medidas de proteção para a saúde e implementando-se atividades de educação em higiene e programas de saneamento.

Este projeto foi realizado pelo Centro de Pesquisa Ambiental da Real Sociedade Científica da Jordânia no contexto do projeto de OMS/IDRC/FAO para adaptar e implementar as Diretrizes da OMS para o uso seguro de águas residuais, excretas e águas cinzas na agricultura e aquicultura, que foi lançado em janeiro de 2007.